

CONDENADOS

Os primeiros réus que participaram dos ataques de 8 de janeiro são sentenciados pelo Supremo Tribunal Federal a penas de 14 a 17 anos. Isso é Justiça

Olimpio

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 18 de Setembro de 2023 Nº 113

Guilherme Boulos: "Política mexe com a esperança e o futuro"

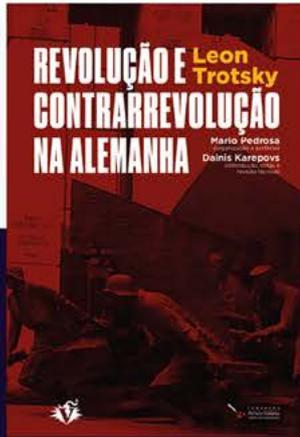
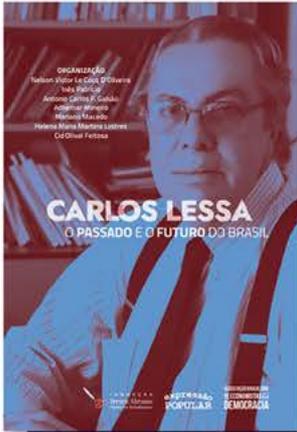
Lula mantém avaliação positiva estável, segundo o Datafolha

Os 50 anos do golpe no Chile e as feridas abertas no país

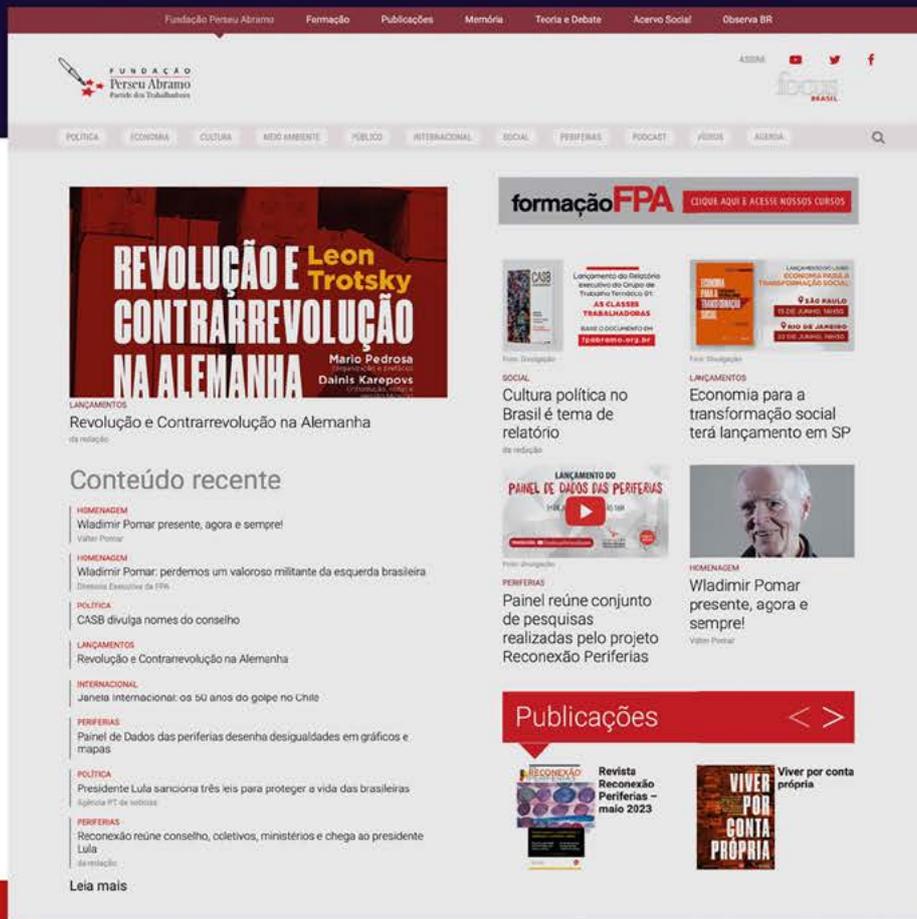
Filme conta a história do brasileiro que contrariou Bush

A morte do artista plástico colombiano Fernando Botero

CONHEÇA A FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO



27 ANOS PRODUZINDO CONHECIMENTO E FORMAÇÃO POLÍTICA



■ **ACOMPANHE NOSSOS CANAIS E RECEBA NOSSAS PUBLICAÇÕES!**



www.fpabramo.org.br



[@fpabramo](https://twitter.com/fpabramo)



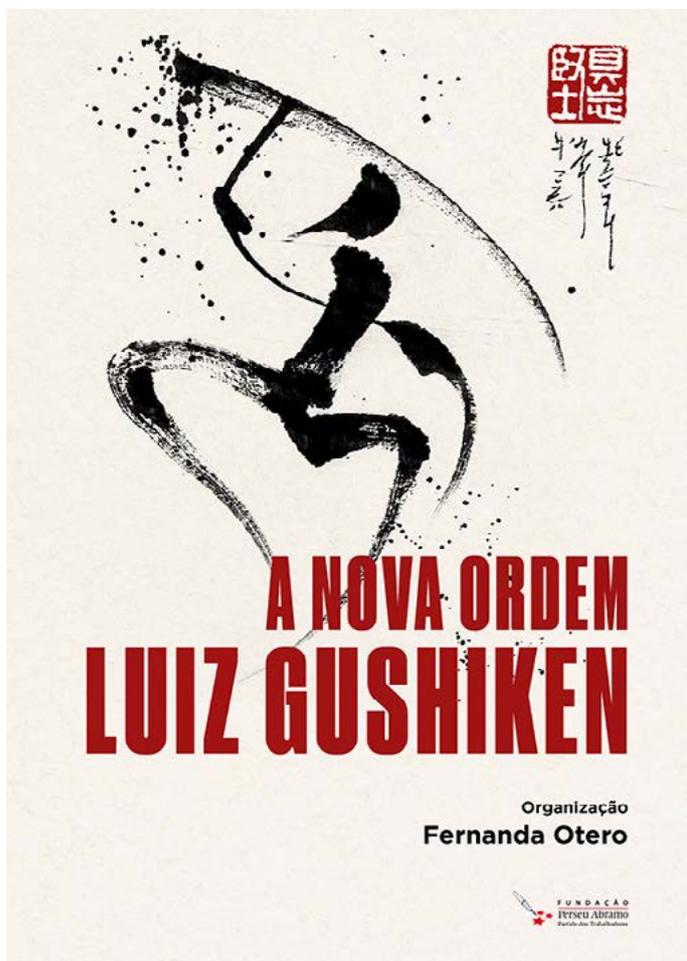
[Fundação Perseu Abramo](https://www.youtube.com/fpabramo)



[@fpabramo](https://www.instagram.com/fpabramo)



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



focus
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: Pedro Camarão

Produção: Oficina da Notícia

Colaboradores: Bia Abramo,

Fernanda Estima, Guto Alves,

Isaías Dalle, Nathalie Nascimento,

Olímpio Cruz Neto e Paulo Chagas



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva

Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,

Valter Pomar e Virgílio Guimarães

CONSELHO CURADOR

Presidenta: Eleonora Menicucci

Conselheiros: Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana Maria

de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton Ferreira

Viana, Camila Vieira dos Santos, Celso Luiz Nunes Amorim,

Dilson de Moura Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio,

Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque,

Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel,

Fernando Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada

Lopes, José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima,

Laís Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza

Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges

Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif,

Sandra Maria Sales Fagundes, Sergio Nobre, Tereza Helena

Gabrielli Barreto, Vladimir de Paula Brito.

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo

(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína

Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),

Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio

Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares

Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),

Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e

Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

**CONTRIBUA COM A REVISTA
REVISTA RECONEXÃO PERIFERIAS**

Convidamos ativistas, coletivos e movimentos para contribuir com a Revista Reconexão Periferias de fevereiro.

O tema do mês será sobre as ruas, como espaços de disputa, defesa da democracia e também alegria, nas festas populares do carnaval. **Textos, artigos, fotos, ilustrações, poemas e toda forma de expressão que possa estar consolidada na Revista são bem vindos!**

Envie um e-mail para estudosperiferias@gmail.com para maiores informações.

SERÁ MUITO LEGAL TER A PARTICIPAÇÃO DE VOCÊS!

FUNDAÇÃO Perseu Abramo Partido dos Trabalhadores

REVISTA RECONEXÃO PERIFERIAS



Adriano Machado/Reuters

O SUPREMO RECHAÇA O GOLPISMO FASCISTA

Noves meses depois do quebra-quebra promovido pelos apoiadores de Jair Bolsonaro à República, o STF dá início ao julgamento dos envolvidos nos ataques à democracia e condena três a duras penas que vão de 14 a 17 anos de prisão. O recado da Suprema Corte é claro: os arreganhos fascistas não serão tolerados

Página 12

ENTREVISTA. Guilherme Boulos vê com otimismo a disputa pela prefeitura de SP
Página 6

ECONOMIA. Desenrola Brasil já ajudou 6 milhões de brasileiros a limparem nome
Página 20

BIDEN. Presidente da Câmara cria comissão para o impeachment do presidente
Páginas 28

DEMOCRACIA. MinC abre o debate pública para criação de museu em Brasília
Página 16

CHILE. Boric faz defesa da democracia nos 50 anos do golpe liderado por Pinochet
Página 22

TRUMP. Quais as chances de ex-presidente ser preso por decisão da Justiça
Página 30

JUSTIÇA. PF aciona governo dos EUA para investigar negócios de Bolsonaro
Página 17

DITADURA. Os assassinos do cantor Victor Jara finalmente são punidos
Página 25

HISTÓRIA. Olga Benário é entregue aos nazistas e o assassinato de Lamarca
Páginas 32 a 35

PESQUISAS. Datafolha e Ipespe mostram aprovação do governo Lula pelo povo
Página 18

CUBA. Embargo a Cuba é criminoso, diz Lula. Ele quer nova governança global
Página 27

DOCUMENTÁRIO. O filme sobre o brasileiro que irritou o presidente George Bush
Página 36



O BRASIL NA GEOPOLÍTICA GLOBAL

Ricardo Stuckert

Alberto Cantalice

O Brasil vive um protagonismo maior na arena internacional desde a chegada de Lula à Presidência. O país agora ocupa a presidência do G20, grupo que engloba as 20 maiores economias do mundo, mas também lidera o Mercosul e os BRICS. Sob Lula, o Brasil tem novos desafios geopolíticos.

O alargamento do Conselho de Segurança das Nações Unidas, com a presença de Brasil, Índia, África do Sul e talvez Alemanha e Japão, é uma exigência que ganha adeptos nas academias do mundo todo. Não dá mais para que somente cinco nações – EUA, Rússia, China, França e Inglaterra com seu poder de veto – tenham a primazia isoladamente a ao sabor de suas conjunções internas, ditarem a rota a ser seguida pelo mundo.

As novas viagens de Lula, co-

meçam pelo périplo por Havana (foto acima), onde participa do chamado G77, o grupo dos países em desenvolvimento servirá, contudo, para que a iníqua questão do criminoso bloqueio econômico dos EUA sobre Cuba seja mais uma vez questionado. O “garrote” posto sobre a ilha é o grande responsável pela crise que se aprofunda agora, cujo início já dura mais de 60 anos.

A parte seguinte da viagem é em Nova York, onde fará o discurso de abertura da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. É uma tradição desde o final dos anos 40, quando a ONU foi fundada que a sessão inaugural seja sempre feita pelo Brasil, por ser o país o primeiro signatário da formação da entidade.

Lula deve abordar novamente a questão da desigualdade social. O tema tem sido uma espécie de “mantra” que o presidente brasileiro trás à baila onde quer que se encontre, no palco dos BRICS,

numa passagem por Cuba ou na recente reunião do G20, na Índia.

Também deve tratar do estapafúrdio desembolso dos países centrais na guerra Rússia-Ucrânia em detrimento das carências nos países pobres. Bilhões de dólares foram despejados na guerra, causando uma crise nos países envolvidos e mais uma vez demonstrado o quão ultrapassado é o papel da OTAN como força intervencionista.

Não há legitimidade nesta guerra. E o papel desempenhado pelo Brasil na construção de uma saída diplomática pode ter efeito prático com o empenho de Lula. A crise humanitária vivida por países pobres tem uma relevância infinita maior do que interesses armamentistas.

O ciclo virtuoso que inicia no Brasil, onde o crescimento econômico é perceptível pode ajudar a criar um ambiente de prosperidade no Sul Global e quiçá no conjunto da humanidade. •

“SÃO PAULO É UMA CIDADE COM HISTÓRICO PROGRESSISTA IMPORTANTE”

Pré-candidato à prefeitura da maior cidade do país, o deputado federal Guilherme Boulos está otimista. Em meio a uma campanha promissora que já tem o apoio de 32% dos eleitores da capital paulista, ele fala sobre o cenário

Bia Abramo e Guto Alves

O deputado federal Guilherme Boulos, pré-candidato à prefeitura de São Paulo nas eleições de 2024, recebeu a reportagem da revista Focus no meio de uma maratona de entrevistas. Pesquisa de intenção de voto do Datafolha para eleições municipais em 2024 registrou Boulos com 32% das intenções de voto, contra 24% do atual prefeito Ricardo Nunes (MDB). “o Datafolha aponta algumas tendências que são importantes. O principal é o desejo de mudança da população de São Paulo: 79% das pessoas querem um

tipo de governo diferente daquele que nós temos hoje no município. A pesquisa também registrou uma aprovação muito forte do presidente Lula na cidade – é preciso lembrar que, assim como Haddad ganhou do Tarcísio na capital em 2022, Lula ganhou do Bolsonaro também”, fez questão de ressaltar.

Sair à frente na corrida eleitoral como candidato, mesmo que à distância de 13 meses das eleições, pode ser animador, mas não esmorece o propósito de construir uma trajetória consistente para sua candidatura em 2024. No dia 1 de setembro, alguns dias antes da realização da entrevista, Boulos tinha iniciado a primeira caravana, cum-

prindo uma agenda extensa de encontros em São Mateus, na Zona Leste da capital. A ideia é percorrer uma a uma das 32 subprefeituras da cidade, realizando encontros com lideranças locais, movimentos sociais e exercendo, como afirma Boulos, atividades de escuta dos problemas concretos de cada região.

Aos 41 anos, Guilherme Boulos exhibe a invejável disposição de luta de quem começou cedo na militância. Ainda adolescente, foi do movimento secundarista. Desde 2002, está no Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), onde coordenou várias ocupações de terrenos de interesse social. Como dirigente do MTST, liderou mobilizações de



rua na resistência ao Golpe de 2016 e à prisão de Lula.

Filiou-se ao PSOL em 2018 e, no mesmo ano, foi candidato a presidente pelo partido, ficando em décimo lugar no primeiro turno. Em 2020, novamente concorreu, desta vez à prefeitura de São Paulo, chegando ao segundo turno contra o candidato do PSDB Bruno Covas. Apesar de derrotado, teve 32% dos votos na capital. Eleito deputado federal em 2022 como mais de 1 milhão de votos (foi o deputado federal mais bem votado de São Paulo), Boulos está dividindo seu tempo entre o Congresso Nacional e a pré-candidatura, que terá apoio do PT.

Os desafios dessa candidatura são enormes: desde 2012 que São Paulo não tem uma candidatura de esquerda realmente competitiva, numa eleição em que enfrentará o atual prefeito da cidade, que deve ter o apoio de Jair Bolsonaro e do PL. Mais ainda: é a primeira vez, desde a redemocratização, que o PT não concorre às eleições muni-

cipais em São Paulo com candidato próprio - e foi o PT quem fez as três administrações progressistas na cidade, com Luiza Erundina em 1988, Marta Suplicy em 2000 e Fernando Haddad em 2012.

Focus Brasil – Como você está, animado com os números do Datafolha? Candidatíssimo?

Guilherme Boulos– Bastante animado. Para além dos números de intenção de voto que ainda são muito precoces, pois nesse momento estamos ainda distantes das eleições de outubro de 2024, o Datafolha aponta algumas tendências que são importantes. O principal é o desejo de mudança da população de São Paulo: 79 % das pessoas querem um tipo de governo diferente daquele que nós temos hoje no município. A pesquisa também registrou uma aprovação muito forte do presidente Lula na cidade - é preciso lembrar que, assim como Haddad ganhou do Tarcísio na capital em 2022, Lula ganhou do Bol-

sonaro também.

Isso cresceu ainda mais com os números de aprovação ao governo do presidente Lula e uma rejeição muito grande ao bolsonarismo, com quem o atual prefeito está aliado. Ou seja, acho que temos um cenário, nesse sentido, bastante favorável para uma alternativa progressista em São Paulo. Nosso desafio é construir uma frente progressista que seja a mais ampla possível, que dialogue com todas as regiões da cidade, que dialogue sobretudo com as periferias da cidade. Nós começamos já a fazer uma caravana que vai percorrer as 32 subprefeituras até o final do ano, nós do PSOL junto com o PT, com os movimentos sociais, com as lideranças locais. Também estamos planejando dialogar com todos os setores representativos da cidade de São Paulo. Temos muito trabalho pela frente. Eu, como bom corintiano, sei que até os 49 do segundo tempo tem jogo sempre, mas com estou entrando com muito ânimo e com

muita esperança para essa pré-campanha. E, como corintiano que eu também sou, a gente gosta de ganhar de virada, mas virada em eleição não tem exatamente, né? Tem o segundo turno, mas não tem virada. Enfim, eu vou só, antes do Guto fazer a pergunta dele, eu só vou fazer um comentário aí, um comentário já enganchando uma outra pergunta.

– O último governo municipal progressista foi de Fernando Haddad, entre 2013 e 2016. Foi uma prefeitura de muitas realizações e que mudou a cara da cidade, mas foi derrotado ainda no primeiro turno na reeleição. Claro que 2024 não é 2016, mas isso mudou, é claro, o mundo mudou, a política do Brasil mudou, então como é que você vê essa possibilidade de conseguir afastar o fantasma do conservadorismo em São Paulo?

– Primeiro, temos que lembrar que São Paulo é uma cidade com um histórico progressista importante. São Paulo elegeu a Luiza Erundina, na época no PT, em 88, depois elegeu Marta Suplicy nos anos 200, também do PT, depois elegeu Fernando Haddad em 2012. O Estado de São Paulo tem um conservadorismo muito mais arraigado, particularmente no interior. Mas aqui na capital, até por ser uma cidade cosmopolita, uma cidade ligada a vanguardas, uma cidade mais aberta ao pensamento crítico, você tem uma tradição progressista muito forte. E é preciso colocar a diferença importante do que estava acontecendo em 2016, quando o Haddad terminou o mandato e foi para a reeleição, e 2023. Naquele momento, a esquerda estava sendo atacada brutalmente com a Operação Lava Jato, com o golpe parlamentar contra a Dilma, e nós estávamos na defensiva política. Isso influenciou a eleição municipal. A eleição municipal em São Paulo sempre tem um componente nacional, por ser a maior cidade do Brasil. Hoje nós

estamos com o Bolsonaro derrotado, o Lula presidente do Brasil, num processo de reconstrução, com avaliação do seu governo muito positiva, e ainda mais positiva na capital. Acredito que o cenário é bem diferente do que aquele que a gente viveu há sete anos.

– Sobre a frente ampla que você mencionou, Boulos, a imprensa já está até te provocando com relação a isso, dizendo que o seu grande desafio será justamente esse, como criar essa frente de maneira que te aproxime de um

SÃO PAULO ELEGEU LUIZA ERUNDINA, DEPOIS MARTA SUPLICY E FERNANDO HADDAD. O CONSERVADORISMO É MAIS ARRAIGADO, NO INTERIOR

eleitorado de centro. Você acha que vai precisar moderar seu discurso para conseguir chegar nesses eleitores? Como é que será?

– Acho que vamos ter que exercitar uma grande capacidade de diálogo para chegar nesses eleitores, mas deixando claro o nosso programa para a cidade. Que será construído a partir do programa dos governos populares que nós tivemos em São Paulo, das três ocasiões em que PT governou São Paulo, ou seja, um programa de combate às desigual-

dades, de inversão de prioridades e que olhou para a periferia com uma atenção que outros governos não tiveram na nossa cidade. Precisamos mostrar o tamanho da desigualdade na cidade de São Paulo. Pegue o mapa da Rede Nossa São Paulo, agora, no início desse ano, quem vive em cidade de Tiradentes tem expectativa de vida de 59 anos, e quem vive nos bairros mais ricos da cidade, em Moema, no Jardins, tem expectativa de vida de 80 anos. É o IDH da Suécia de um lado, o IDH dos países mais pobres do mundo do outro lado. Esse modelo de cidade tão desigual, com esses abismos enormes, é insustentável em todos os sentidos: torna a cidade mais insegura, torna a cidade um espaço de convivência muito mais conflituoso. Então, combater a desigualdade não é bom apenas para quem mora na cidade de Tiradentes ou no Jardim Ângela, combater a desigualdade é bom para toda a cidade. E é isso que eu quero dialogar com as classes médias de São Paulo, com o setor empresarial, com os comerciantes da cidade e também assumir compromissos. Isso da imprensa contra e dos adversários vai existir, a gente sabe. Enfrentamos isso no ano passado na eleição do presidente Lula contra o Bolsonaro: todo tipo de fake news, as caricaturas... Nós sabemos que elas virão. Vamos ouvir: o Boulos é radical, extremista, vai invadir as casas. Nós sabemos. Nós temos que desmontar essas fake news e apontar um compromisso para dialogar com o conjunto da cidade. Esse é o desafio que nós temos para poder ganhar a eleição do ano que vem.

– Você se comunica como poucos com os eleitores, explica os temas de uma forma direta e simples, sabemos. Mas qual será a tática de enfrentamento a essa política de desinformação?

– Primeiro, nós temos que já partir com vacinas, porque nós sabemos o que vai vir. Nós não precisamos

esperar vir toda a onda de fake news que virá inevitavelmente no próximo ano. Temos buscado desmistificar esses ataques e essas caricaturas pelos canais que nós temos, utilizando as redes sociais, nos espaços de encontros, de plenárias, de debates, em todas as regiões da cidade. Acho que isso é muito importante desde já, porque com isso você municia as pessoas, municia a militância, municia as lideranças, municia todos aqueles que nos acompanham de argumentos para desmentir quando vier a fake news. O que me preocupa é que o atual prefeito, aliado com o bolsonarismo, deve vir com um jogo muito baixo. Já começou, inclusive. Se ele dedicasse metade do tempo que ele dedica para me atacar em entrevistas, em eventos, para melhorar a vida do povo paulistano, a cidade estava muito melhor. E ele já começou em ataques pessoais, com invenções, com distorções. Nós temos que utilizar os mecanismos que a gente tem, as redes que a gente tem, seja aquelas diretas, de diálogo direto com o povo, nos encontros, na caravana que nós iniciamos, seja as redes sociais com o impacto que tem para desmontar essas fake news. E ao mesmo tempo trazer os grandes problemas da cidade. É impressionante. Tenho 41 anos vividos na cidade de São Paulo. Eu nunca vi uma situação tão contraditória entre as possibilidades que a cidade tem, com o maior orçamento da sua história que deve chegar no ano que vem a 112 bilhões de reais, e ao mesmo tempo com tanto abandono, com a maior população em situação de rua da história, com problemas crônicos, por exemplo, na área da saúde em relação à distribuição de medicamentos, nem dipirona tem nas UBS das periferias da cidade, com o nível de abandono das pessoas muito grande... É isso que nós vamos mostrar e dialogar com o povo na campanha.

Você anunciou um giro por São Paulo para falar com toda a população. Como tem sido esse giro pelas subprefeituras e o reencontro com a população fora das telas dos celulares?

Estamos começamos agora. Fizemos o primeiro encontro em São Mateus, com uma agenda muito extensa: nos reunimos com religiosos, com o Fórum de Assistência Social, Fórum da Criança e do Adolescente, visitamos comunidades que estão com problemas crônicos... Aliás, lá no Vila Bela, em São Mateus, é muito emblemático o

VAMOS OUVIR: O BOULOS É RADICAL, EXTREMISTA, VAI INVADIR AS CASAS. NÓS TEMOS QUE DESMONTAR ESSAS FAKE NEWS E APONTAR UM COMPROMISSO

que está acontecendo. A bandeira do Ricardo Nunes tem sido o asfalto, um prefeito que não tem o que mostrar e começa a asfaltar, só fala de asfalto. Só que mesmo o asfaltamento que ele tem feito, tem sido cheio de problemas, 75 % do asfalto que fez foi nas Marginais e grandes avenidas. No bairro Vila Bela, o povo está lá esperando o asfalto há anos, numa situação precária. Nós fomos lá, fizemos a denúncia, junto com vários parlamentares do PT, vereadores, deputados, que já estão nos acompanharam nessa jornada.

Então, esse giro vai servir para isso. Temos feito grandes plenárias com movimentos, com mandatos parlamentares... É um momento importante de escuta, porque como nós não estamos ainda na campanha. Na campanha, você vai para pedir voto, é uma coisa mais de evento, de demonstração... Agora, há um ano ainda da eleição, o que gente tem condições de fazer são essas atividades para escutar os problemas, e que vão nos subsidiar para formular um programa de governo de baixo para cima, o que nós queremos fazer no primeiro semestre do ano que vem. Por isso, esse giro, de você ouvir a pessoa que está lá na comunidade, na ponta, de ouvir o assistente social que está trabalhando lá no CRAS, perceber quais são os problemas da vida real e cotidiana do povo em cada uma das regiões da cidade, isso dá uma condição para que a gente formule um programa de governo sintonizado com o povo, que pulse no mesmo ritmo que o povo. Ou seja, por enquanto, estamos trabalhando sobretudo como um giro de escuta, de mobilização da nossa militância, das lideranças nas regiões, mas principalmente de escuta dos problemas para que a gente possa depois traduzir isso num programa de mudanças para São Paulo.

– E é legal também se vocês trouxerem isso durante todo o processo, para todo mundo ler também, todo mundo poder escutar, porque, às vezes, a gente está preso na nossa bolha, mas não escuta o que o outro está sofrendo na mesma cidade.

– Com certeza. À vezes, numa eleição municipal, você fica discutindo os grandes problemas da cidade, a segurança pública, o problema do atendimento à saúde, faz uma discussão geral sobre educação, sobre serviço público e muitas vezes, não consegue entrar nos temas concretos que o povo está enfrentando. Você fica em debates gerais.

A eleição municipal é aquela eleição mais perto do povo. O primeiro contato do povo com o poder público é com a prefeitura, com os temas básicos de zeladoria, com os temas básicos de cuidado, de assistência, de serviço público. Para que a gente saiba o que não funciona, para poder, inclusive, fazer a crítica e construir soluções para que passe a funcionar de uma melhor maneira, é essencial escutar as pessoas.

– Você está numa pré-candidatura dessa cidade-país, que é São Paulo, um país, um orçamento gigantesco e você está acompanhando de perto o governo federal, atuando no Congresso. Como você está vendo com esperança esse momento político?

– Eu vejo com muita esperança, mesmo sabendo das dificuldades. Nós derrotamos o Bolsonaro, mas ainda não derrotamos o bolsonarismo. Nós derrotamos o Bolsonaro, mas nós temos um Congresso Nacional que não expressa o programa que foi eleito nas urnas junto com o presidente Lula. Isso traz contradições, isso traz dificuldades para o processo de reconstrução do Brasil. Mas eu vejo com muita esperança, primeiro porque nós tiramos a corda do pescoço. Às vezes, eu paro e imagino o que seria da gente hoje se o resultado em outubro do ano passado fosse diferente. Onde nós estaríamos? Então, nós precisamos saber valorizar as nossas vitórias. Tivemos uma grande vitória popular, apertada, difícil, enfrentando uma máquina que foi usada de uma forma violenta no governo federal ano passado. E isso abriu um outro horizonte. Um horizonte, inclusive, para que a gente possa discutir os problemas urbanos. Um horizonte para que uma campanha eleitoral no ano que vem não fique presa inteiramente ao chorume, ao ódio, àquele clima doído que nós vivemos nos últimos quatro anos no Brasil. Acho que o sentimento da eleição do ano que vem, após a vi-

tória do presidente Lula, será outro. Ao mesmo tempo, nós não podemos minimizar os riscos. Porque está claro qual é a estratégia do bolsonarismo. O Bolsonaro quer encarar o PL, as lideranças bolsonaristas, que querem encarar a eleição do ano que vem como uma prévia para 2026, especialmente nas grandes cidades brasileiras. Seja com os seus candidatos mais raivosos, que expressam um bolsonarismo mais extremo, seja com candidatos de uma direita mais tradicional, aliados ao bolsonarismo, como é o caso de São Paulo,

**NÓS DERROTAMOS
BOLSONARO,
MAS AINDA NÃO
DERROTAMOS O
BOLSONARISMO.
TEMOS UM
CONGRESSO QUE NÃO
EXPRESSA O QUE FOI
ELEITO NAS URNAS**

onde, pelo menos até agora, eles tendem a compor uma aliança com o Ricardo Nunes. O Ricardo Nunes cola no Bolsonaro e fica puxando o Bolsonaro... Ele quer evitar um candidato bolsonarista para não correr o risco de sofrer a mesma síndrome que o Rodrigo Garcia sofreu. Máquina na mão não garante nem ir para o segundo turno, quanto menos vitória eleitoral. O ano passado mostrou isso aqui na eleição para governador no estado de São Paulo. O Rodrigo tinha uma máquina maior que a dele e não foi nem para

o segundo turno. Para além disso, também mostra a dificuldade que ele tem de discutir os problemas da cidade. Ele não tem o que responder de por que não cumpriu nenhuma meta, de por que era para fazer 14 piscinões e fez 2, por que era para fazer 40 quilômetros de corredor no programa de metas e fez 4, por que nós temos 53 mil pessoas morando nas ruas de São Paulo com o caixa cheio, com uma política assistencial de habitação totalmente ineficiente. Ele não tem resposta para esses temas. Eu acho que nós temos que nos focar nos temas municipais, mas ao mesmo tempo, ter muita firmeza para fazer o debate nacional. Ele vai querer esconder o Bolsonaro, porque ele precisa do Bolsonaro, mas ao mesmo tempo vai tentar escondê-lo, porque sabe que o Bolsonaro é tóxico na cidade de São Paulo, tem uma rejeição altíssima. Eu vou ter o maior orgulho de mostrar o presidente Lula e de ser o candidato do Lula em São Paulo.

– Você disse no ano passado, em um talvez senso comum, mas bem assertivo, que a eleição [2022] seria uma encruzilhada entre democracia, civilização e a barbárie. Me parece que até hoje os setores da sociedade não sabem o que é de fato essa barbárie, não assumem que a gente viveu uma barbárie. Como explicar que pessoas que mais sofrem estão ainda ligadas à extrema-direita, como mostram pesquisas?

– Sobre esse tema de setores populares que ainda apoiam o Bolsonaro: eles são cada vez mais minoritários, é importante dizer isso. É importante pontuar que isso teve uma ligação muito forte com o uso da máquina e com a venda de uma ilusão a partir desse uso da máquina, o que foi lá nas vésperas da eleição aumentar o Bolsa Família, que eles chamaram de Auxílio Brasil, o que foi criar aquele consignado do Auxílio Brasil, que inclusive foi

suspenso. Ou seja, a maior parte das camadas populares sentiram na pele o que foi o efeito do programa econômico do Bolsonaro e do Paulo Guedes. E por isso elegeram o Lula. O Lula ganhou essas eleições, sobretudo pelo voto popular das pessoas que ganham menos de dois salários-mínimos no país. Esse é o ponto importante. É lógico que ainda existe um setor que tem essa vinculação e, no meu entendimento, a chave disso é a antipolítica. O Bolsonaro é produto da antipolítica. Quando se diz todo político é igual, ninguém presta, é farinha do mesmo saco, qual é a consequência natural disso? É você buscar soluções fora da política. E ele foi vendido, apesar de ser deputado há 27 anos, foi vendido como o cara de fora da política, o anti-establishment. E isso pegou para uma parte da população mais pobre com esse sentimento de rejeição à política. Eu acho que o presidente Lula está voltando a colocar a política no centro da arena e isso é muito importante.

– Como tem sido a conversa e a proximidade com o presidente Lula? Ele está animado?

– Pelo que eu tenho conversado com o presidente, ele compreende a importância da eleição de São Paulo para a cidade de São Paulo e para o Brasil. Nós estamos falando da principal cidade do país e estará conosco na campanha. Vai estar e é muito importante que esteja. Pela força, o Lula é a maior liderança popular da história desse país. A capacidade de comunicação, o carisma do Lula, a relação direta que ele tem com o povo brasileiro, com o povo mais pobre... Isso é muito forte. E isso é muito importante, até por entender também que o atual prefeito, apesar de ser de um partido que tecnicamente está na base do governo, que é o MDB, fez uma opção política. E essa opção ele não fez só agora. Ele votou no Bolsonaro em 2018

e declarou. Ele fez campanha para o Tarcísio em 2018 na capital de forma aberta, usando a máquina. Se reúne com o Bolsonaro e com os bolsonaristas toda semana para buscar consolidar o apoio. Tenho certeza que esse processo fortalece ainda mais a convicção do presidente Lula de entrar com força e de cabeça na campanha em São Paulo.

– Qual sua utopia de reconstrução da cidade de São Paulo?

– Quando moleque, fui atuar no

**ALGUÉM PASSANDO
FOME, QUE NÃO TEM
UM TETO, É UMA
COISA ETICAMENTE
INADMISSÍVEL.
FIQUEI 20 ANOS NO
MOVIMENTO DOS
TRABALHADORES
SEM TETO**

movimento social, porque era uma coisa que eu não conseguia digerir, de ver gente morando na rua. Para mim, esse sempre foi uma coisa desumana. Para além de convicção ideológica, teórica, isso é muito prático. Ter alguém passando fome, ter alguém que não tem um teto, é uma coisa inadmissível. Eticamente inadmissível. Por isso que eu fui e fiquei vinte e poucos anos atuando no movimento dos trabalhadores sem teto. Quando eu decidi entrar na política institucional, ser candidato, isso não foi uma

virada para mim. A mesma coisa que me moveu lá atrás a ir para um barraco de lona, numa ocupação, e lutar junto com as pessoas que não tinham onde se abrigar, é a que me moveu depois a ser candidato a prefeito, a me tornar deputado federal, porque a política é o grande instrumento que nós temos para mudar a vida das pessoas.

A política é fascinante, a política mexe com esperança, mexe com o futuro. Poder utilizar esse instrumento para fazer com que em São Paulo nenhuma pessoa more debaixo de um viaduto, nenhuma pessoa revire o lixo para poder comer, isso para mim é um senso de dever, é uma missão, é daí que nós temos que partir. Agora, lógico, para além desse sonho que é mais afetivo, que é mais visceral, politicamente, nós estamos num momento em que o mundo todo, todas as cidades do mundo estão pensando transição socioambiental, construção de cidades resilientes às mudanças climáticas, transição energética para ônibus elétricos, tratamento dos resíduos sólidos de uma forma diferenciada e não enterrando em aterro, separação na origem, redução de distâncias entre local de moradia e local de trabalho, uma cidade socialmente mais justa, ambientalmente mais sustentável e politicamente mais participativa. Uma das coisas que eu acho que as experiências de governo municipal do PT construíram de mais estimulante foram mecanismos, como orçamento participativo. É chegar numa região, numa periferia, num fundão onde muitas vezes o povo nunca foi ouvido e permitir que essas pessoas tenham um poder de decisão sobre as prioridades que o Estado deve atuar naquela região. Esse processo de descentralização de gestão que as gestões petistas construíram muito bem... É nesse caminho que eu imagino a reconstrução de São Paulo com uma vitória eleitoral nossa no ano que vem. •



INVASÕES BÁRBARAS Tresloucados, os apoiadores do líder da extrema-direita nacional começam a se ver responsabilizados pelos ataques do 8 de Janeiro, quando foram a Brasília e depredaram a Praça dos Três Poderes

AS PRIMEIRAS CONDENAÇÕES

Supremo dá início ao julgamento dos fascistas que atacaram as sedes dos Três Poderes em 8 de Janeiro. E as sentenças são duras; até 17 anos de prisão por conspiração e tentativa de golpe. Ainda falta julgar quem está por trás de tudo: Bolsonaro

Demorou, mas a Justiça começa a ser feita. Os primeiros extremistas que participaram dos ataques à democracia em 8 de janeiro, quando as sedes do Executivo, do Congresso e da Suprema Corte foram invadidas e depredadas, começaram a ser condenados na última semana. O Supremo Tribunal Federal condena dois réus a 17 anos de prisão e outro acusado de participar da tentativa de golpe de Estado a 14 anos de prisão. Todos estavam diretamente envolvidos

nos atos golpistas de 8 de janeiro. Ainda há de chegar a hora do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro enfrentar as barras do tribunal por seu envolvimento direto nos eventos que abalaram a República e quase soterraram a democracia.

Em uma sessão histórica, marcada por um embate entre os ministros Alexandre de Moraes e André Mendonça, o STF condenou na quinta-feira, 14, os três primeiros réus por envolvimento nos atos golpistas de 8 de janeiro. Todos foram detidos no dia das invasões das sedes dos Três Poderes,

em Brasília. As penas de 17 anos de prisão foram dadas a Aécio Lúcio Costa Pereira e Matheus Lima de Carvalho Lázaro. Já a condenação de Thiago de Assis Mathar foi de 14 anos. Todos ainda terão de pagar multa de aproximadamente R\$ 44 mil.

Aécio Lúcio Costa Pereira, ex-funcionário da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), foi preso em flagrante no Senado Federal. A avaliação dos ministros é que as provas produzidas pelo próprio Aécio, que gravou vídeos nas de-



DIVERGÊNCIA Relator do caso, Alexandre de Moraes foi implacável ao julgar os primeiros três réus, condenando dois a 17 anos de prisão pelos atentados à democracia, mas André Mendonça tentou livrar a cara dos "patriotas"

pendências do Congresso, são suficientes para fundamentar a sentença. "Nós poderíamos estar em algum lugar contando a história da nossa derrocada, mas nós estamos aqui, graças a todo um sistema institucional, contando como a democracia sobreviveu", afirmou Gilmar Mendes.

A pena a Aécio é dura. Por abolição violenta do Estado Democrático de Direito, ele foi condenado a 5 anos e seis meses. Por golpe de Estado, mais 6 anos e seis meses. O crime de dano qualificado pela violência e grave ameaça rendeu mais 1 ano e seis meses. E a deterioração de patrimônio tombado, outro 1 ano e seis meses. Mais a associação criminosa armada: 2 anos. O sinal é claro aos outros golpistas: não haverá perdão pelos ataques. Os três condenados pelo envolvimento direto na insurreição são apenas os primeiros de um rol de mais de 1.300 réus que ainda enfrentarão julgamento nas próximas semanas e meses.

"Eles não vieram por diversão, mas sim com o objetivo de lançar um golpe", disse Alexandre de Moraes durante o julgamento na

**ALEXANDRE DE
MORAES, AO DAR
SEU VOTO: "O QUE
ACONTECEU EM 8
DE JANEIRO FOI UM
ATO MUITO VIOLENTO
CONTRA O ESTADO
DEMOCRÁTICO DE
DIREITO"**

quarta-feira. "O que aconteceu em 8 de janeiro foi um ato muito violento contra o Estado Democrático de Direito". O ministro Cristiano Zanin não aliviou ao descrever a atuação de Aécio: "O réu não ingressou no Senado para um passeio ou uma visita. Ele ingressou juntamente com uma multidão em tumulto, que defendia, mediante violência física e patrimonial, o fechamento dos Poderes constitucionalmente estabelecidos, além da deposição do governo democraticamente eleito".

Apesar da decisão, houve quem achasse que os ataques a 8 de janeiro não eram uma tentativa de golpe de Estado. Os dois ministros indicados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), Kássio Nunes Marques e André Mendonça, foram os únicos a defender que não houve tentativa de golpe de Estado.

Prevaleceu, contudo, o posicionamento do relator do processo, Alexandre de Moraes, acom-



SEM MIMIMI Decano da corte, Gilmar Mendes disse que os atos violentos de 8 de janeiro foram um acinte às instituições e não podem ser minimizadas

panhado por outros ministros, como o decano da Corte, Gilmar Mendes. Ambos defenderam a necessidade de se contextualizar os fatos para que se compreenda o que ocorreu naquele fatídico 8 de janeiro: houve uma tentativa de golpear o Estado Democrático de Direito. Isso é crime.

Gilmar Mendes se mostrou surpreso quando Kássio Nunes Marques sugeriu uma pena mais leve a um dos dois réus condenados na quinta. “Vi essa consideração sobre o passeio no parque. Jamais houve passeio no parque. Não se tratava de passeio no parque, ministro Kassio. Nem de um incidente. A cadeira que o senhor está sentado estava lá na rua, no dia da invasão”, lembrou o decano.

Os três réus foram condenados pela prática de cinco crimes: associação criminosa armada; abolição violenta do Estado Democrático de Direito; tentativa de golpe de Estado; dano qualificado pela violência; e deterioração de patrimônio tombado. As penas anunciadas por Alexandre Moraes foram seguidas pela maioria, com diferentes gradações para os condenados. Houve divergências em relação à dosimetria da pena ou

em outro aspecto.

Nesta primeira leva de julgamentos, ainda estava prevista a análise do caso de Moacir José dos Santos, mas o processo deve ser reagendado. As ações penais estão sendo julgadas individualmente. Ao todo, a Procuradoria Geral da República apresentou denúncia contra 1.345 pessoas.

**GILMAR A NUNES: “VI
ESSA CONSIDERAÇÃO
SOBRE O PASSEIO
NO PARQUE. JAMAIS
HOUE PASSEIO NO
PARQUE. A CADEIRA
QUE O SENHOR ESTÁ
SENTADO ESTAVA
LÁ NA RUA”**

Todos estavam diretamente envolvidos nos ataques às instituições uma semana depois da posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Ao proferir o seu voto no primeiro julgamento, ainda na quarta-feira, Moraes afirmou que, apesar do “negacionismo” de uma parcela da população, o 8 de janeiro não foi um “domingo no parque”. O relator também adotou o entendimento jurídico de que houve crimes multitudinários, ou seja, praticados por uma multidão. Para ele, uma “turba de golpistas” colocou em prática atos contra a democracia, para depor um governo legitimamente eleito.

Ao se manifestar sobre o mesmo caso, já na quinta-feira, 14, Mendonça defendeu que as pessoas que invadiram e depredaram as sedes dos três Poderes não tinham como objetivo depor Lula, que havia derrotado Jair Bolsonaro nas urnas, nos dois turnos, em outubro de 2022. Nenhuma palavra do ministro aos ataques proferidos pelo ex-mandatário ao longo da campanha ao Tribunal Superior Eleitoral ou ao próprio Supremo. “Golpe de Estado pressupõe a destituição do poder e instituir uma nova ordem. Isso demandaria uma série de planejamento e condutas que não vi nesses manifestantes”, justificou o ex-ministro da Justiça de Bolsonaro.

Para Mendonça, o grupo tentou criar um clima de instabilidade no país, mas a instauração de um golpe dependeria da atuação de outras forças, como os militares, o que não aconteceu. A posição dele foi confrontada diretamente pelo relator do processo. Alexandre de Moraes lembrou que cinco ex-oficiais da cúpula da Polícia Militar do Distrito Federal em Brasília foram presos por conspirarem contra o Estado.

Ele e Moraes chegaram a discutir durante a sessão, depois de Mendonça questionar a suposta

facilidade com que os golpistas invadiram o Palácio do Planalto e por que o ministro da Justiça, Flávio Dino, não utilizou o efetivo da Força Nacional para proteger o local. “É um absurdo, com todo respeito, querer falar que a culpa do 8 de janeiro foi do ministro da Justiça. Tenha dó”, rebateu Moraes. Mendonça então reagiu. “Não coloque palavras na minha boca. Tenha dó Vossa Excelência”, disse.

Sobre os condenados, Moraes e outros ministros da Corte lembraram que todos estavam atuando frontalmente contra as instituições quando foram detidos em 8 de Janeiro. Aécio Lúcio Costa Pereira foi detido em flagrante no dia dos atos, dentro do plenário do Senado. A Polícia Federal encontrou em seu telefone celular uma série de conversas que incentivavam a instauração de uma ditadura militar no país.

Já Thiago de Assis Mathar foi preso dentro do Palácio do Planalto. A defesa negou que ele tenha participado dos atos de vandalismo. Matheus Lima de Carvalho Lázaro, por sua vez, só foi capturado pela polícia quando já tinha se afastado da Esplanada dos Ministérios. Para Moraes, esse era o processo com o maior número de provas: confissão, vídeo e fotos. Em seu voto, o relator citou mensagens por áudios que Lázaro enviou à companheira, que estava no Paraná. “Melhor nós quebrar tudo agora do que eles tomarem o país, e virar uma Venezuela”, disse.

Durante os julgamentos, os advogados que defenderam os réus também viraram protagonistas. Na quarta-feira, o ex-deseembargador Sebastião Coelho, que defendeu Aécio, disse que os ministros eram “as pessoas mais odiadas deste país”. O advogado de Mathar, Waldir Kattwinkel Junior, por sua vez, reproduziu uma “fake news” contra o ministro Luís Roberto Barroso na tribuna da Corte.

EXALTADO, O ADVOGADO DE UM DOS RÉUS CITOU MAQUIAVEL, MAS CONFUNDIU 'O PRÍNCIPE' COM O LIVRO DE ANTOINE DE SAINT-EXUPÉRY. MORAES: "MEDÍOCRE"

Ele foi rebatido pelo próprio ministro e por Moraes, que ironizou o fato de o advogado ter confundido, em uma citação, “O Príncipe”, de Maquiavel, com “O Pequeno Príncipe”, de Antoine de Saint-Exupéry. “Patético e medíocre”.

Já a advogada de Lázaro, Larissa Lopes de Araújo, chorou durante a sua sustentação oral e se queixou do tratamento conferido aos advogados durante o julgamento no tribunal. Após a repercussão

das manifestações dos defensores, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) enviou um ofício ao STF expressando solidariedade à Corte. “A OAB se solidariza com o tribunal ante ataques que sofre pela incompreensão do papel da Suprema Corte ao efetuar julgamentos que ferem interesses. O discurso de ódio não se coaduna com o necessário equilíbrio que deve pautar a atuação dos Poderes e de todos em sociedade.

Durante o julgamento, Moraes e outros ministros lembraram que os tumultos de 8 de Janeiro começaram depois que milhares de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro marcharam em Brasília em protesto contra a eleição de Lula. Ao chegar ao centro nervoso da cidade, encontraram o Congresso, o Supremo e o Palácio do Planalto sem proteção e invadiram os edifícios sede dos Três Poderes.

Embora haja relatos de poucos feridos na invasão em si, já que os ataques ocorreram quando os prédios estavam sem funcionários nem autoridades presentes, os manifestantes causaram danos materiais substanciais. A presidenta da Suprema Corte, ministra Rosa Weber, descreveu o vandalismo como um “cenário de devastação ao estilo de Dante”. •



Reprodução/TV Justiça

MEMÓRIA e DEMOCRACIA



DEBATE NECESSÁRIO Evento contou com as ministras Margareth Menezes (Cultura), Nísia Trindade (Saúde) e Mauro Vieira (Relações Exteriores)

MUSEU DA DEMOCRACIA

“Temos uma democracia jovem, precisamos ancorá-la, fortalecê-la, afirmá-la, aprofundá-la e nos aproximarmos dos valores democráticos”, diz Margareth Menezes. Seminário do MinC discute criação do museu como um espaço de memória

No momento em que o país assiste às primeiras condenações daqueles que atacaram as instituições democráticas em 8 de Janeiro, quando uma turba de apoiadores de Jair Bolsonaro saqueou e depredou os edifícios do Palácio do Planalto, Supremo Tribunal Federal e Congresso Nacional, a ideia da criação do Museu da Democracia ganha apoio da sociedade civil e é amplamente debatido em Brasília.

“Temos uma democracia jovem, precisamos ancorá-la, fortalecê-la, afirmá-la, aprofundá-la e nos aproximarmos dos valores democráticos. A nossa história política social recente nos encoraja a criar o projeto do museu, um espaço de produção de cultura e reconhecimento capaz de apresentar e contribuir com o entendimento

sobre a história da democracia no Brasil”, explica a ministra da Cultura, Margareth Menezes.

O Ministério da Cultura promoveu na última semana o Seminário Memória e Democracia, no Palácio do Itamaraty, em Brasília para dar início ao debate em torno do museu. “Que o Museu da Democracia seja um marco para a nossa sociedade. Esse é um projeto e um compromisso da nossa gestão. Contra toda e qualquer forma de ditadura, para que isso nunca mais aconteça”, destacou Margareth, na abertura do seminário.

Entre os convidados, a historiadora e cientista política Heloisa Starling, a historiadora e antropóloga Lilia Schwarcz, a professora Ynaê Lopes dos Santos, a poeta e geógrafa Márcia Kambeba e o integrante da Fundação do Museu da Memória e Direitos Humanos (MMDH) do Chile Álvaro Ahuma-

da San Martín. “O seminário é uma oportunidade de diálogo entre pessoas de diferentes áreas da cultura e do conhecimento, promovendo uma discussão aberta sobre a democracia, sua história, significado e importância na vida política, social e cultural do Brasil”, disse a ministra.

“Ao lembrarmos e refletirmos sobre nossa história, somos capazes de reconhecer nossos erros, celebrar nossas conquistas e, acima de tudo, aprender com nossas experiências. Não há democracia sem cidadania, sem cultura ou sem história”, destacou o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira. O seminário Memória e Democracia é um convite à reflexão sobre essa responsabilidade e nosso dever como governo, como sociedade, de valorizar e preservar a nossa cultura, nossa memória e, conseqüentemente, a nossa democracia”.

O Museu da Democracia brasileira será construído em Brasília e tem como objetivo resgatar e registrar a educação para a memória e para a construção da cultura democrática do país. A proposta pretende combinar descoberta, aprendizado e troca de conhecimentos que contribuam para o entendimento sobre a história democrática do Brasil e sobre os diversos momentos em que brasileiros e brasileiras se mobilizaram com o objetivo de implantar, defender e expandir a democracia em nosso país.

“Não existe no Brasil nenhuma história da democracia. Não tem nenhum livro. Isso diz muito, talvez, da dificuldade que nós temos que reconhecer a importância da nossa experiência”, a professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e uma das curadoras do evento, Heloisa Starling. O encerramento do seminário contou com a apresentação da cantora Zélia Duncan, que também participou como palestrante. •

NA MIRA DO TIO SAM

Brasil pede ajuda dos EUA para investigações sobre atuação de Bolsonaro e auxiliares nos negócios escusos feitos na Flórida

Não bastassem os problemas do ex-presidente Jair Bolsonaro junto às autoridades judiciais brasileiras, suspeito de crimes que vão de peculato, corrupção, improbidade administrativa até tentativa de golpe de Estado e investida contra autoridades e o próprio Estado Democrático de Direito, agora o ex-presidente do Brasil pode vir a ser alvo dos Estados Unidos.

O Brasil solicitou formalmente assistência policial dos EUA em investigações que envolvem Bolsonaro depois que seu ex-ajudante de ordens concordou em cooperar com investigadores brasileiros. As informações são de investigadores da Polícia Federal.

O governo brasileiro solicitou ajuda dos EUA para corroborar as declarações do ex-AJO de Bolsonaro, o tenente-coronel Mauro Cid, sobre seu papel em várias investigações criminais envolvendo Bolsonaro, incluindo registros de vacinação falsificados e a venda de jóias de alto valor doadas por governos estrangeiros.

Cid foi libertado na semana passada da prisão, onde estava detido desde maio, depois de concordar em cooperar com a polícia. Os termos do acordo de delação premiada ainda não foram tornados públicos, mas o ex-ajudante de ordens prestou depoimento de mais de 30 horas junto aos investigadores da Polícia Federal. O acordo foi homologado pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal.



Reprodução

NOUTRAS TERRAS Chegou a hora dessa gente bronzeada mostrar seu valor. Tio Sam vai participar das investigações e situação de Bolsonaro se complica

Bolsonaro insiste que não teve qualquer envolvimento com crimes, mas o volume de indícios e evidências têm crescido desde janeiro, depois dos ataques às sedes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Ele enfrenta crescente perigo depois de perder as eleições. A Reuters divulgou reportagem ao longo da última semana apontando que o risco dele vir a acabar na prisão é real. O Tribunal Superior Eleitoral julgou-o inelegível até 2030.

Segundo autoridades da PF envolvidas nas investigações, os Estados Unidos já estão fornecendo assistência inicial e informal. O pedido oficial, feito através do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), órgão do Ministério da

Justiça, formalizará o acordo e permitirá que quaisquer evidências possam vir a ser usadas contra Bolsonaro na Suprema Corte. O ministro da Justiça, Flavio Dino, anunciou que o pedido foi enviado na última terça-feira, 12.

Os advogados de Bolsonaro e Cid não responderam imediatamente aos pedidos de comentários. A polícia acredita que Cid é peça central em vários esquemas envolvendo Bolsonaro. Depois de perder por pouco a eleição de 2022 para Luiz Inácio Lula da Silva, Bolsonaro e Cid partiram para uma estadia prolongada nos EUA, onde alguns dos supostos crimes ocorreram. A avaliação da PF é que pode levar de três a seis meses para o Brasil receber as informações de que precisa dos Estados Unidos. •



APROVAÇÃO RECORDE DE LULA

Duas pesquisas mostram o nível de satisfação do governo federal que segue bem avaliado. Segundo o Ipespe, 55% aprovam o mandato do presidente, enquanto o Datafolha mostra que 38% têm percepção positiva da sua gestão. E nada menos do que 29% dos brasileiros se dizem petistas

Duas pesquisas de opinião pública mostram que o governo Lula está bem avaliado, ainda que tenham visões distintas sobre o percentual de aprovação. Levantamento do Ipespe, feito para a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) indica que a aprovação de Lula cresceu quatro pontos percentuais e atingiu 55%, o maior índice desde o início do mandato.

De acordo com a pesquisa, 59% dos brasileiros acreditam que o Brasil irá melhorar até o fim de 2023. A percepção de que o país está melhor que no ano passado também aumentou: saiu de

41% em junho para 48% em agosto. Mas 38% desaprovam a gestão petista, dois pontos a menos que o registrado em junho. Também houve uma redução na parcela pessimista da população: a taxa caiu de 24% para 18% no período.

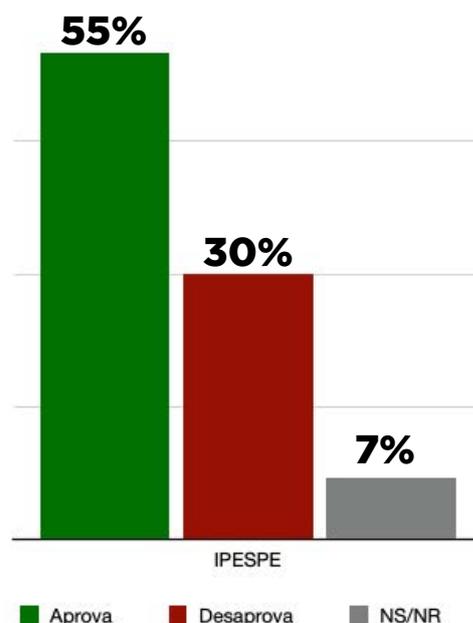
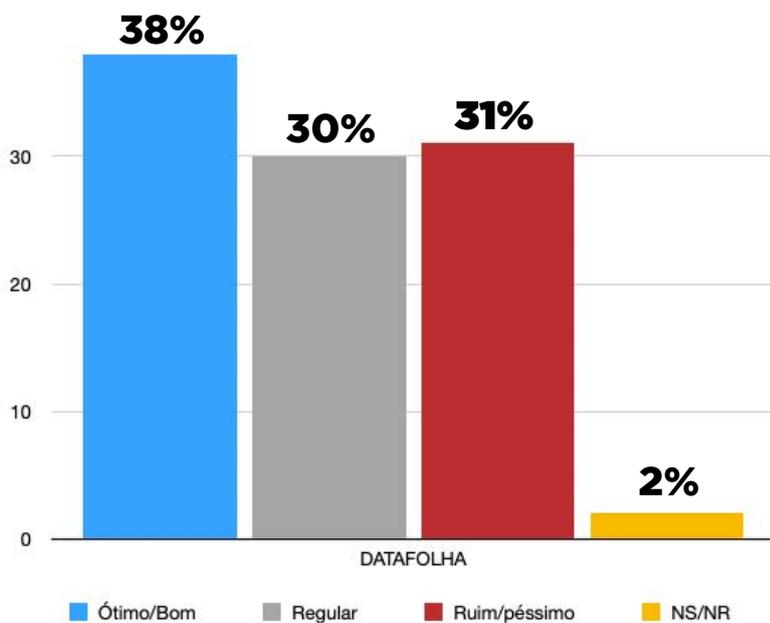
Já a pesquisa do Datafolha, divulgada no dia 14, mostra que a aprovação positiva do governo aumentou ligeiramente para 38% dos entrevistados, contra 37% em junho, enquanto as opiniões negativas subiram de 27% para 31%. A aprovação do desempenho de Lula como presidente após os primeiros oito meses de seu manda-

to é superior à do ex-presidente Jair Bolsonaro, que teve uma taxa de aprovação de 29% no mesmo momento em 2019.

Pelo Datafolha, a aprovação do governo Lula é maior entre moradores do Nordeste (49%), pessoas menos escolarizadas (53%) e mais pobres (43%). Já a reprovação é maior no Sul do país (39%), entre os mais escolarizados (39%), os que ganham de 5 a 10 salários mínimos (44%) e evangélicos (41%).

Já o Ipespe mostra que o maior índice de aprovação do governo Lula foi registrado no Nordeste (65%), entre entrevistados que

AVALIAÇÃO DO GOVERNO LULA, SEGUNDO O DATAFOLHA E O QUE DIZ O IPESPE



possuem instrução até o ensino fundamental (60%), com renda mensal de dois salários mínimos (59%) e do sexo feminino (59%).

O levantamento feito para a Febraban ainda buscou saber qual é a percepção dos brasileiros sobre o Desenrola Brasil, iniciativa do governo federal para renegociar dívidas com a participação dos bancos. O índice de pessoas que conhecem o programa subiu de 45% em junho para 70% em agosto. A ampliação do conhecimento é seguida pelo interesse em aderir ao Desenrola: sete em cada dez (73%) entrevistados indicaram a possibilidade de participar do programa.

A pesquisa Radar Febraban foi realizada entre 28 de agosto e 1º de setembro, com 2 mil pessoas das cinco regiões do país. A margem de erro estimada é de 2,2 pontos percentuais, em um intervalo de confiança de 95,5%.

Já o Datafolha mostra que o otimismo sobre o futuro do governo Lula diminuiu para 43%, de 50% em março, enquanto 28% estão pessimistas em relação ao seu governo, acima dos 21% observados em março. E 26% acreditam que o governo será regular. 2% não sabem ou não opinaram.

Pelo instituto Datafolha, a avaliação sobre o desempenho do governo até agora frustrou a muitos: 53% dizem que o presidente fez menos pelo país do que esperavam, enquanto 25% acreditam que Lula fez pelo país o que esperava que ele fizesse. Ainda de acordo com o levantamento, 17% dizem que Lula fez mais pelo país do que esperava, enquanto 3% não sabem avaliar e 2% deram outras respostas.

O Datafolha entrevistou 2.016 pessoas em idade de votar entre 12 e 13 de setembro. A pesquisa tem margem de erro de 2 pontos percentuais. Segundo o levantamento, 30% consideram o governo regular, enquanto 2% não souberam ou não opinaram.

Polarização

A pesquisa feita pelo Datafolha revela ainda que a avaliação do governo ainda é percebida em meio à polarização de parte da sociedade brasileira. Quase um ano depois da eleição presidencial, apoiadores de Jair Bolsonaro seguem fiéis em meio a investigações envolvendo o ex-presidente: 25% dos brasileiros se dizem bolsonaristas. A boa notícia é que 29% dos brasileiros se dizem petis-

tas. Segundo o Datafolha, a parcela neutra – que diz não estar ligada nem a Lula nem a Bolsonaro – representa 21% do eleitorado.

Desde a primeira edição da pesquisa, em dezembro de 2022, a parcela de petistas convictos diminuiu três pontos percentuais, indo de 32% para 29%. Por outro lado, a quantidade de bolsonaristas raiz se manteve a mesma, estável em 25% ou com oscilação dentro da margem de erro.

A permanência de apoiadores fiéis a Bolsonaro ocorre ao mesmo tempo em que o ex-presidente é alvo – direta ou indiretamente – de cinco investigações diferentes: desvio de joias, atos golpistas de 8 de janeiro, fraude em cartões de vacinação, envolvimento com o senador Marcos do Val e conversas sobre tentativas de golpe de Estado com empresários.

Desde que deixou a Presidência, há nove meses, Bolsonaro também teve o celular apreendido no âmbito das investigações sobre as fraudes nos cartões de vacinação e os sigilos fiscal e bancário quebrados no bojo da operação sobre a venda de joias recebidas durante viagens oficiais. Nesse mesmo período, também viu aliados próximos serem presos. •



6 MILHÕES COM O NOME LIMPO

Aprovado por 70% da sociedade nacional, o programa 'Desenrola Brasil' já renegociou R\$ 11,7 bilhões em dívidas de inadimplentes. Mais de 800 empresas participam do programa, que está ajudando brasileiros a liquidar débitos

Criado pelo governo Lula, o programa Desenrola Brasil é um sucesso e está ajudando o povo a arrumar a vida e limpar o nome. Aprovado por mais de 70% dos brasileiros, segundo pesquisa Genial/Quaest de agosto, o programa já limpou o nome de mais de 6 milhões de brasileiros. Dez milhões de

registros de dívidas de até 100 reais foram suspensos.

Até agora foram concluídas negociações no valor de R\$ 11,7 bilhões, conforme dados divulgados pelo Ministério da Fazenda. Além disso, mais de 800 empresas já se cadastraram para renegociar dívidas de seus clientes.

Dados da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) mos-

tram que o volume negociado até agora foi exclusivamente pela Faixa 2 do Desenrola, que beneficia a população com renda de dois salários mínimos a R\$ 20 mil por mês. De 17 de julho, quando o programa foi lançado, até 1º de setembro, 1,25 milhão de clientes bancários foram beneficiados com a negociação de 1,6 milhão de contratos de dívidas.

Já as empresas que são cre-

doras e queiram renegociar as dívidas de seus clientes por meio da Faixa 1 do Desenrola terão essa oportunidade a partir de agora. O governo vai iniciar a terceira fase do programa, que fará a renegociação de dívidas dos que ganham até dois salários mínimos ou que estão inscritos no Cadastro Único, com garantia do Tesouro Nacional.

Nesta fase podem participar empresas com dívidas a receber de bancos, companhias de água e esgotos, varejistas, distribuidoras de eletricidades. O cadastro deve ser feito no Portal Credor. As empresas precisam também atualizar as informações no site gov.br, com certificação prata ou ouro.

Pelo programa, poderão ser renegociadas as dívidas abertas até 31 de dezembro de 2022 com valores de até R\$ 5 mil, sejam elas bancárias, como empréstimos e cartões, e não bancárias, como conta de luz, água, educação, compras em lojas e outras. Todas as empresas com dívidas a receber e que realizam negociações podem participar do programa, de acordo com as regras do Desenrola, que contemplará empresas com saldo a receber de consumidores negativados entre 1º de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2022.

“São dívidas de pessoas físicas com renda mensal igual ou inferior a dois salários mínimos, e também aqueles consumidores inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal. A estimativa é que no fim deste mês os devedores já possam fazer a negociações,

pela plataforma.

O potencial em dívidas a serem renegociadas é bem maior. Em junho, o governo apresentou estimativas de R\$ 50 bilhões que beneficiariam 43 milhões de pessoas. Os números finais estão sob análise da equipe econômica.

A partir de proposta do deputado Alencar Santana (PT-SP), o Desenrola prevê agora que quem tem dívida com microempreendedores individuais (MEI) e pequenas empresas poderá renegociá-las por meio da nova plataforma digital que será criada pelo governo.

A nova fase do Desenrola começa no final de setembro e prevê que dívidas com varejistas e concessionárias poderão ser renegociadas por meio de um leilão. O potencial de negociações é maior porque o fundo só vai cobrir as dívidas financiadas e não os pagamentos que serão realizados à vista.

As negociações são 100% cobertas pelo governo, que estabeleceu algumas regras na perspectiva de ajudar os consumidores na quitação, em parcelas de até 60 meses, sem entrada, com juros de 1,99% ao mês. O pagamento poderá ser feito por débito em conta, pix ou boleto bancário.

O programa Desenrola Brasil quer limpar o nome de 70 milhões de brasileiros endividados e é uma “revolução extraordinária”, segundo o presidente Lula. “Ele vai permitir que essas pessoas voltem para o mercado de consumo, livres de suas pequenas dívidas. Pobre não gosta de ter dívidas. Pobre gosta de pagar o que deve”, lembra o presidente. • **Agência PT**

70 MILHÕES

milhões de brasileiros poderão ser beneficiados pelo programa e saírem do cadastros negativos de crédito no Brasil, graças ao programa Desenrola Brasil, uma promessa de campanha de Lula

PLANALTO ANTECIPA R\$ 10 BI A ESTADOS E MUNICÍPIOS

O governo autorizou a antecipação de R\$ 10 bilhões para compensar estados e municípios por perdas no ICMS, provocadas por medidas adotadas no ano passado. O governo também decidiu aumentar os repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), destinados às prefeituras, com o pagamento de uma parcela extra de R\$ 2,3 bilhões para compensar a queda de arrecadação de julho, agosto e setembro. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assegurou que os valores do fundo neste ano serão maiores que os de 2022.

“Eu quero comunicar aos prefeitos brasileiros que nós tomamos uma decisão no governo, e eu posso garantir a cada prefeito que ninguém receberá, em 2023, menos FPM do que receberam em 2022”, anunciou Lula. “É um compromisso do governo federal. Mandamos a medida para ser votada no Congresso Nacional, e eu quero que os prefeitos saibam a importância que a gente dá a todos os prefeitos, porque é o prefeito que enfrenta o maior problema, e nós vamos garantir que o FPM não seja menor do que em 2022, no mínimo, igual. Esse é o compromisso do governo”.

O anúncio das medidas foi feito na terça-feira, 12, pelo ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha. “Tivemos uma reunião agora com o presidente Lula para discutir com ele um apoio necessário aos municípios brasileiros por conta da queda de arrecadação, que é resultante das medidas do governo anterior”, disse Padilha. • **Agência PT**



Esteban Felix/AP

PARA QUE NUNCA SE REPITA Flores depositados na porta do Palácio de La Moneta, bombardeado pelos militares

A FERIDA ABERTA NO CHILE

No aniversário do golpe de Pinochet, o presidente Gabriel Boric sai em defesa da democracia, 50 anos após o golpe de Pinochet. A festa emocionante lembra os horrores da ditadura feroz instaurada em 11 de setembro de 1973

Num país ainda convulsionado pelos horrores de uma ditadura sangrenta e cruel, o presidente do Chile, Gabriel Boric, decidiu promover a ampla defesa da democracia, justamente quando o país vive o 50º aniversário do golpe de Estado executado pelo general Augusto Pinochet. Foram 17 anos de mortes e da liberdade sufocada.

Boric fez um discurso do lado de fora do palácio onde Salvador Allende foi derrubado em 1973, inaugurando uma brutal ditadura militar. "Problemas com a de-

mocracia sempre podem ser resolvidos... e um golpe de Estado nunca é justificável – nem pode colocar em risco os direitos humanos daqueles que pensam diferente", disse o presidente, em um discurso fora de La Moneda, o palácio presidencial bombardeado por jatos Hawker Hunter de construção britânica durante o golpe de 1973.

Salvador Allende, o presidente de esquerda eleito democraticamente e derrubado pelos militares, fez um discurso final à nação através da rádio antes de se matar em seu escritório no palácio

enquanto os tanques se fechavam. Antes da restauração da democracia em 1990 no Chile, mais de 40 mil pessoas se tornaram vítimas de tortura, prisão política, execução ou "desapareceram".

"É hora de compensar essas ausências, corrigir as falhas, reparar os danos [e] nos projetar além da nossa dor", disse Boric na segunda-feira. "Claro que havia uma alternativa!. E amanhã, quando passarmos por outra crise, sempre haverá uma alternativa que implica mais democracia, não menos".

O aniversário do golpe vem



SOLIDARIEDADE O primeiro-ministro de Portugal, Antonio Costa, o presidente Lopez-Obrador (México), Luiz Arce (Colômbia), prestigiaram o ato realizado por Boric, acima ladeado por Ricardo Lagos e Michelle Bachelet

em meio a um cenário sombrio para a democracia na América Latina, onde a pobreza e o crime ajudaram figuras populistas a ganhar um apoio político crescente. De acordo com a pesquisa Latinobarómetro 2023, as opiniões favoráveis da democracia estão em baixa. Entre os entrevistados da pesquisa, um terço discorda que a democracia seja o melhor sistema para o governo, apesar de seus problemas.

Na frente de La Moneda, a bandeira gigante que voa no saguão foi abaixada a meio mastro. O evento contou com a presença do presidente chileno, Gabriel Boric, dos ex-presidentes Ricardo Lagos (2000-2006), Michelle Bachelet (2006-2010, 2013-2017), de mandatários latino-americanos como Andrés Manuel López Obrador (México), Gustavo Petro (Colômbia), Luis Arce (Bolívia) e Luis Lacalle Pou (Uruguai), além de personalidades como o ex-presidente uruguaio Pepe Mujica, a líder das Avós da Praça de

Maio, Estela de Carlotto, e o juiz espanhol Baltasar Garzón, que condenou o ditador chileno Augusto Pinochet.

A senadora María Isabel Allende, filha de Salvador Allende, fez um discurso no ato. A parlamentar, que esteve ao lado do pai durante o bombardeio ao Palácio de La Moneda, ato mais simbólico do golpe de Estado, disse ser necessário recuperar a memória daquele “dia frio e cinza”, assim como homenagear os pouco mais de 40 homens e mulheres que “estiveram ao lado do meu pai enquanto as bombas caíam sobre o Palácio”.

“Fizeram um trabalho que foi muito além das suas responsabilidades, continuaram conosco mesmo depois de o presidente ter ordenado que fugissem para salvar suas vidas”, afirmou María Isabel Allende, que é militante do Partido Socialista – não confundir com a escritora Isabel Allende, que é sobrinha do ex-presidente. “A maioria dessas pessoas termi-

nou tendo o mesmo fim trágico do meu pai. Morreram defendendo a democracia no Chile”.

A atmosfera no Chile tem sido tensa nos meses que antecederam a comemoração da democracia. O país segue fraturado por conta da extrema-direita que segue celebrando Pinochet e seu legado de horrores e morte, enquanto segue justificando o neoliberalismo. A Unión Demócrata Independiente, o partido de direita formado para defender o legado da ditadura – e um dos vários a se recusar a assinar um compromisso de defender a democracia – emitiu uma declaração dizendo que o golpe de Estado era “inevitável”.

E foi longe a culpar a “esquerda chilena” pela deposição do governo e a ascensão da ditadura militar. Como é habitual para o partido UDI, e alguns da direita chilena, a declaração evitou o uso do termo “ditadura” ou referência a um golpe de Estado.

No início da manhã de segunda-feira, Sergio Bobadilla, um con-



Pablo Vera/AFP

MEMÓRIAS DE DOR DA FILHA

A senadora María Isabel Allende, filha de Salvador Allende, discursou no Palácio de La Moneda. Ela disse ser necessário recuperar a memória daquele “dia frio e cinza”, assim como homenagear os 40 homens e mulheres que “estiveram ao lado do meu pai enquanto as bombas caíam sobre o Palácio”

gressista do partido, justificou o golpe, dizendo que “não havia outra saída”. O Chile não tem lei que penalize a negação, justificação, minimização ou celebração dos graves abusos dos direitos humanos perpetrados sob a ditadura.

Todos os quatro ex-presidentes do Chile que estão vivos – Michelle Bachelet e Ricardo Lagos, que participaram da cerimônia, e Eduardo Frei e Sebastián Piñera, que não participaram – assinaram a declaração de quatro pontos de Boric, que busca defender a democracia e garantir que os eventos de 50 anos atrás não se repitam nunca mais.

No domingo, 11, à noite, centenas de mulheres participaram de uma procissão à luz de velas ao redor de La Moneda cantando “¡Nunca más!” - nunca mais. No início do dia, em meio à tensão na véspera de um aniversário que muitas vezes é marcado por

protestos, Boric participou de uma marcha pela Alameda, uma das principais avenidas pelo centro de Santiago, ao lado dos parentes de pessoas desaparecidas à força.

Manifestantes encapuzados atacaram partes da marcha e quebraram vidros ao redor do palácio presidencial. Outros incendiaram e atacaram sepulturas pertencentes àqueles ligados à ditadura no Cemeterio General. Boric disse que “não se arrependeu por um segundo” de estar “do lado daqueles que sofreram” durante a marcha.

Em agosto, Boric lançou um plano para procurar os desaparecidos: a primeira vez que o estado chileno retomou a responsabilidade pela busca. Atualmente, 1.469 vítimas desaparecidas ainda não tiveram seu paradeiro conhecido. Apenas 307 foram encontrados desde que o Chile retornou à democracia em 1990.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) emitiu uma nota, lembrando a data e celebrando também a defesa da democracia. “Este 11 de setembro, que marca os 50 anos do golpe militar no Chile, que depôs o presidente Salvador Allende (1970-1973) e inaugurou uma das ditaduras mais violentas da região (1973-1990), é dia de celebrar a democracia e repudiar qualquer tipo de golpe – no Chile, no Brasil, na América do Sul, no mundo”, disse. “Mais do que recordar os 50 anos do golpe militar no Chile e da morte do Salvador Allende, hoje é dia de reafirmarmos a democracia como valor essencial para os seres humanos”.

Lula não pode participar da solenidade em Santiago que comemorou o cinquentenário do golpe. O governo brasileiro foi representado pelos ministros Silvío Almeida (Direitos Humanos) e Flávio Dino (Justiça). •

PARA QUE NÃO MAIS SE REPITA

Presidente do Chile, Gabriel Boric discursa no lado de fora do Palácio de La Moneda, bombardeado pelos militares liderados pelo sanguinário Augusto Pinochet, no aniversário dos 50 anos do golpe no Chile.

“É hora de compensar essas ausências, corrigir as falhas, reparar os danos [e] nos projetar além da nossa dor”, destacou



Esteban Félix/AP



A MORTE DE VICTOR JARA

O artista chileno que se tornou um dos símbolos mais trágicos dos horrores do regime de Pinochet só agora, 50 anos depois do golpe, teve seus assassinos condenados e presos

Bia Abramo

Dias antes de completar 40 anos, o músico e professor Victor Jara foi preso na Universidade Técnica do Chile, em Santiago. Foi levado ao famigerado Estádio do Chile, que à época, setembro de 1973, estava funcionando como centro de detenção provisória desde que um golpe de Estado, liderado pelos militares, tirou o socialista Salvador Allende do poder. Era o dia seguinte do golpe. A universidade foi cercada e centenas de estudantes, professores e funcionários foram presos.

Victor Jara, então um dos principais nomes da Nueva Canción Chilena, foi reconhecido pelos policiais. Nos dias seguintes, Jara

seria barbaramente torturado. Em 16 de dezembro, seu corpo coberto de marcas de balas seria abandonado numa estrada ao sul de Santiago. Quase 50 anos depois do golpe chileno, nos últimos dias de agosto deste ano, sete militares foram responsabilizados, condenados e presos pelo seu assassinato. Um deles optou por meter uma bala na cabeça para não ser preso.

O general reformado Hernán Chacón, condenado juntamente com outros militares pelo assassinato de Jara, suicidou-se aos 85 anos, pouco antes de ser preso. A informação foi confirmada pelo Ministério Público chileno. O general havia sido condenado pelo Supremo Tribunal, juntamente com outros ex-militares, a penas de até 25 anos de prisão, pelo se-

questro e assassinato de Jara.

O assassinato de Victor Jara pelas forças da repressão chilena se tornou um dos emblemas da ferocidade da ditadura chilena e do regime de Augusto Pinochet. Artista carismático e talentoso, Jara era uma das principais vozes do movimento musical que resgatou sonoridades populares e tradicionais chilenas, dando-lhes roupagens mais contemporâneas que ficou conhecido como Nueva Canción Chilena.

Na esteira dos ventos democráticos que levaram à eleição de Salvador Allende em 1970, a cultura do Chile de então vivia um período de renovação e esperança – e a música de protesto de Jara, da família Parra (Violeta, Ángel e Isabel) e de grupos como Quilapayún e Inti-Illimani tornou-se uma espécie

de porta-voz das profundas transformações pelas quais passava a sociedade chilena.

Nesses anos de intensa mobilização, era nas peñas folclóricas, eventos de apresentações de música, dança e teatro, que se reuniam artistas, intelectuais e a juventude. Uma das mais influentes foi a Peña de Los Parra, fundada nos anos 1960 no centro de Santiago, da família da cantora, poeta e artista plástica Violeta Parra, que se tornou um pequeno centro de cultural, com ateliê, estúdio de gravação etc. E foi na Peña de Los Parra que Victor Jara fez sua transição definitiva para a música.

Nascido em 1932 em uma pequena cidade no sul do Chile, a família Jara migrou para Santiago em busca de mais oportunidades de trabalho quando ainda Victor ainda era uma criança. Antes de ingressar na Universidade do Chile, ele teve uma passagem breve pelo seminário e trabalhou como operário.

Na universidade, o jovem passa a estudar música e teatro e inicia suas pesquisas sobre a cultura popular chilena. Como estudante e profissional de teatro, Victor dirige grupos, escreve e dirige espetáculos e compõe para a trilha sonora.

Em 1966, torna-se diretor artístico do Quilapayún, grupo musical que combinava a musicalidade dos povos originários do Chile e dos países andinos (o nome vem da língua mapuche, principal etnia indígena do Chile) e as letras de intervenção.

Também compõe e trabalha como solista (ele tocava guitarra acústica) na Peña de Los Parra. Lança seu primeiro LP em 1966 e, no ano seguinte, é lançada a compilação 'Canciones Folclóricas de América', junto com o Quilapayún.

A obra autoral de Jara vai acompanhando a agitação política e ganhando o público. Em 1969, "Plegaria a un Labrador" recebe o primeiro prêmio do Primeiro Festi-

val da Nova Canção Chilena. Sua música corre o mundo e incendeia os espíritos revolucionários ao redor do mundo quando Jara participa do Comício Mundial de Jovens pelo Vietnã na Finlândia.

O disco "Canto Libre", gravado no ano da campanha eleitoral que leva a uma vitória maciça do candidato do Partido Socialista Salvador Allende, numa frente ampla que reúne toda a esquerda chilena (Jara era militante do Partido Comunista Chileno), torna-se uma

GENERAL REFORMADO QUE PARTICIPOU DO ASSASSINATO DO POETA E CANTOR SE MATOU QUANDO IA SER PRESO, DEPOIS DE CONDENADO PELA SUPREMA CORTE

das principais referências musicais do período. No governo Allende, a partir de 1971, tornou-se embaixador cultural e passa a lecionar na Universidade Técnica do Chile, com Violeta Parra e o grupo Inti-Illimani.

Até 1973, Jara estará envolvido em múltiplas atividades culturais e políticas relacionadas à defesa do governo de Unidade Popular. Mesmo com a vitória eleitoral expressiva em 1970, a direita tentava boicotar as reformas de cunho nacionalista e as medidas para redução da desigualdade social.

A mobilização permanente das forças populares, que envolvia também os artistas e intelectuais, tentava resistir à crescente pressão interna e externa comandada pelos serviços de inteligência norte-americanos.

Em setembro de 1973, as Forças Armadas ocuparam o país, atacaram o palácio presidencial de La Moneda e iniciaram um ciclo sangrento e brutal de repressão aos movimentos sociais e populares. Allende, cercado, ainda fez um último discurso e preferiu se matar a ser capturado.

Nas ruas, milhares de apoiadores e militantes estavam sendo caçados, capturados, torturados e mortos nos dias seguintes. Dois estádios foram usados como centros de prisão improvisada e tortura, como o Estádio Nacional e o Estádio do Chile. Victor Jara, e centenas de outros que estavam reunidos na Universidade Técnica do Estado, foram para este último.

Antes de ser morto, Jara ainda escreveu um último poema, que denunciava o terror: *"Somos cinco mil/ nesta pequena parte da cidade/ Somos cinco mil/ quantos seremos no total/ nas cidades e em todo o país?/ Só aqui dez mil mãos semeiam/ e tocam as fábricas/ Quanta humanidade/ com fome, frio, pânico, dor/ pressão moral, terror e loucura!"*

Mesmo ainda sob o regime de Augusto Pinochet, as marcas de tortura em seu corpo atirado numa vala comum, eram evidentes. Antes da redemocratização, dizia-se que suas mãos teriam sido cortadas pelos torturadores, mas o que a comissão da verdade revelou foi que os ossos de sua mão foram esmigalhados por coronhadas.

O destino dramático de Victor Jara foi semelhante ao de cerca de 40 mil pessoas durante os 17 anos que durou a ditadura chilena. Sua música permanece como um farol de inventividade, lirismo e inspiração revolucionária. •



LULA CONDENA EMBARGO A CUBA

Presidente reivindica a inserção dos países em desenvolvimento na Quarta Revolução Industrial. Ele esteve em Havana para participar da Cúpula do G77 + China

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva condenou o embargo econômico imposto a Cuba pelos Estados Unidos, bem como a entrada da ilha na lista dos países que patrocinam o terrorismo. Ele esteve no sábado, 16 em Havana, para participar da reunião de Cúpula dos Chefes de Estado e Governo do G77 + China, considerado o principal instrumento de coordenação multilateral dos países em desenvolvimento dentro da ONU.

“Cuba tem sido defensora de uma governança global mais justa. E até hoje é vítima de um embargo econômico ilegal. O Brasil é contra qualquer medida coercitiva de caráter unilateral. Rechaçamos a inclusão de Cuba na lista de Estados patrocinadores do terrorismo”, disse. Ele agradeceu a hospitalidade do povo cubano e declarou seu apoio à ilha. A última vez que ele esteve em Cuba

foi no velório de Fidel Castro, em dezembro de 2016.

“É de especial significado que, neste momento de grandes transformações geopolíticas, esta cúpula seja realizada aqui em Havana. Cuba tem sido defensora de uma governança global mais justa. E até hoje é vítima de um embargo econômico ilegal. O Brasil é contra qualquer medida coercitiva de caráter unilateral. Rechaçamos a inclusão de Cuba na lista de Estados patrocinadores do terrorismo”, declarou.

Em seu discurso no plenário do G77, Lula ressaltou temas caros para o Brasil e o mundo, como revolução digital, transição energética, industrialização sustentável. Ele também voltou a cobrar dos países ricos o financiamento prometido para que as nações em desenvolvimento possam trabalhar com mais eficiência no combate às mudanças climáticas.

“A emergência climática nos

impõe novos imperativos, mas a transição justa traz oportunidades. Com ela, podemos ter ar mais limpo, rios sem contaminação, cidades mais acolhedoras, comida de qualidade na mesa, empregos dignos e crianças mais saudáveis”, frisou. Lula lembrou que o peso da atuação dos países ricos nas mudanças climáticas em curso no planeta não é o mesmo de várias outras nações em desenvolvimento.

“Não temos a mesma dívida histórica dos países ricos pelo aquecimento global. O princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas permanece válido. É por isso que o financiamento climático tem de ser assegurado a todos os países em desenvolvimento, segundo suas necessidades e prioridades. No caminho entre a COP28, em Dubai, e a COP30, em Belém, será necessário insistir na implementação dos compromissos nunca cumpridos pelos países ricos”, destacou. •



ATÉ NOS ESTADOS UNIDOS

Num movimento típico de oposição bananeira, o republicano Kevin McCarthy sinaliza que a extrema-direita da Câmara coloca de novo em risco a democracia ao anunciar um inquérito para o impeachment de Joe Biden

Este filme o Brasil assistiu há sete anos. Sem condições de impôr sua agenda antidemocrática e retrógrada, a oposição joga contra o governo e busca enfraquecer o presidente da República, abrindo um processo de impeachment e flertando perigosamente com o abismo. Aconteceu com o PSDB liderado por Aécio Neves, que avançou sobre o MDB de Michel Temer e os

aliados de Eduardo Cunha. Deu no que deu.

Mas agora acontece com o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden. Os republicanos não encontraram evidências de irregularidades financeiras ou corrupção por parte do democrata, mas alegam ter informações suficientes para justificar mais uma investigação. Os republicanos da Câmara dos Deputados dizem ter alegações sérias e supostamente verídi-

cas sobre a conduta do presidente Joe Biden.

Em conjunto, essas alegações pintam um quadro de uma cultura de corrupção. E justificam uma investigação mais aprofundada pela Câmara. “É por isso que hoje, estou orientando nosso comitê da Câmara a abrir um inquérito formal de impeachment contra o presidente Joe Biden. Este próximo passo lógico dará aos nossos comitês todo o poder de reunir

todos os fatos e respostas para o público americano”, disse o presidente da Câmara, Kevin McCarthy.

Ele decidiu abrir na última terça-feira, 12, um inquérito de impeachment contra Biden, trabalhando para apaziguar os legisladores de extrema-direita que ameaçaram expulsá-lo se ele não conseguir atender às suas demandas por cortes profundos de gastos que forçariam um desligamento do governo no final do mês. A decisão de McCarthy de anunciar unilateralmente uma investigação de impeachment sem votação formal da Câmara joga para a opinião pública investigações republicanas sobre Biden com a luta de financiamento que está agitando o Capitólio.

A jogada parece ser uma tentativa de reprimir uma rebelião entre os críticos ultraconservadores que acusam o parlamentar de não seguir uma linha dura o suficiente nos gastos, cumprindo suas demandas para perseguir mais agressivamente o presidente da República. McCarthy disse que encarregaria três comitês – Supervisão, Judiciário e Formas e Meios – de realizar o inquérito sobre o presidente e sua família enquanto os republicanos procuram evidências de irregularidades financeiras ou corrupção.

O anúncio de McCarthy parece abrir caminho para que os republicanos da Câmara emitam intimações para ter acesso aos registros bancários de Biden e seus familiares. McCarthy acusa Biden de mentir sobre seu conhecimento dos negócios de seu filho Hunter Biden. Ele questiona sobre a origem dos milhões de dólares que Hunter e outros membros da família presidencial receberam de empresas estrangeiras. McCarthy também acusa o governo Biden de dar ao filho do presidente “tratamento especial” em uma investigação fiscal criminal contra ele.

“Os republicanos da Câmara

descobriram alegações sérias e que parecem verídicas sobre a conduta do presidente Biden”, disse McCarthy. “Vistas em conjunto, essas alegações pintam um quadro de uma cultura de corrupção”.

McCarthy sinalizava há semanas que apoia a abertura de um processo de impeachment do presidente para dar aos investigadores do Congresso mais poder para investigar as finanças familiares de Biden. Iniciar tal inquérito significa que os republicanos não devem mais justificar sua investigação como parte de seu trabalho

NOS EUA, SÓ HOVE DOIS INQUÉRITOS DE IMPEACHMENT PRESIDENCIAL NA HISTÓRIA MODERNA. O PRIMEIRO FOI BILL CLINTON, EM 1998. E O SEGUNDO, TRUMP, EM 2019

legislativo e terão amplos poderes para solicitar documentos e depoimentos, com o objetivo final de produzir um ou mais artigos que levem ao afastamento do presidente acusando-o de altos crimes e contravenções.

Mas o movimento de terça-feira foi uma ruptura com o passado e uma grande mudança na estratégia de McCarthy, que anteriormente indicava que toda a Câmara deveria votar se deveria avançar para a abertura de um inquérito

de impeachment.

Nos EUA, só há dois inquéritos de impeachment presidencial na história moderna, de Bill Clinton, em 1998; e Donald Trump, em 2019. Mas esses processos foram endossados com votos de toda a Câmara, embora os democratas tenham anunciado várias semanas antes que estavam iniciando uma investigação formal sobre Trump. A Câmara abriu outro impeachment de Trump pela segunda vez em 2021 sem um inquérito, poucos dias após o ataque de 6 de janeiro ao Capitólio.

A aparente decisão de não buscar uma votação foi um reconhecimento tácito de McCarthy de que ele não tem os números para fazê-lo em meio às divisões do Partido Republicano. Os republicanos de direita que permanecem leais a Trump e empenhados em se vingar de seu impeachment e a série de processos criminais que ele está enfrentando estão pressionando muito pelo movimento.

Mas vários republicanos, incluindo aqueles dos distritos que Biden ganhou, indicaram que não apoiam um inquérito de impeachment, a menos que os investigadores pudessem vincular as transações comerciais de Hunter Biden, que se envolveu em transações com empresas estrangeiras, a seu pai, ou descobrir evidências de altos crimes e contravenções. Um porta-voz da Casa Branca, Ian Sams repreendeu McCarthy por se envolver no que ele chamou de “política extrema do quanto pior, melhor”.

“Os republicanos da Câmara estão investigando o presidente há nove meses e não notaram nenhuma evidência de irregularidades”, escreveu Sams. “Seus próprios membros do Partido Republicano disseram isso. Ele prometeu realizar uma votação para abrir o impeachment, agora ele fracassou porque não tem apoio”. •



John Bowden | The Independent

Donald Trump enfrenta quatro acusações criminais em três jurisdições separadas. Quase 100 acusações criminais de crime são feitas contra o ex-presidente, que continua sendo o favorito para vencer as primárias republicanas de 2024.

À medida que suas batalhas legais se tornam mais complexas a cada dia, surgiu uma questão séria: se Trump ganhar a indicação do Partido Republicano e a campanha para as eleições gerais for colocada nele a pecha de criminoso condenado.

Essa possibilidade, por sua vez, levanta outra questão mais simples: o 45º presidente dos Estados Unidos vai para a prisão?

Entre as 91 acusações de crimes que pesam contra si, Trump enfrenta o risco de ser condenado a um total de cerca de sete sé-

culos de prisão, espalhados entre dezenas de várias acusações de gravidades diferentes.

Obviamente, Trump não será encarcerado dentro de uma penitenciária federal por toda a eternidade, mas a gama cada vez mais ampla de ações pelas quais ele agora está sendo processado está lentamente aumetando a probabilidade de que ele ficar no interior de uma cela para sempre.

Aqui, damos uma olhada nas quatro acusações que o Trump enfrenta atualmente e como cada uma afeta suas chances de fazer campanha atrás das grades no próximo ano:

1. O caso de Nova York – pena máxima de 136 anos

É a primeira acusação lançada contra o ex-presidente. E esta também lida com sua conduta mais comprometida no passado. Donald Trump é acusado de 34 acusações de falsificar registros comerciais em primeiro grau, um

crime sob a lei do estado de Nova York. Cada contagem acarreta uma sentença máxima de quatro anos de prisão.

No entanto, tais sentenças só são dadas com circunstâncias atenuantes, como condenações anteriores por crimes ou com base na gravidade do crime. A acusação a Trump é em grande parte sem vítimas e, como tal, um juiz provavelmente não o condenará a nada além de multas ou, no máximo, liberdade condicional e serviço comunitário se ele fosse condenado por um júri.

2. O caso dos documentos – pena máxima de 450 anos

Depois de explodir aos olhos do público no ano passado com uma invasão do FBI em Mar-a-Lago, as alegações explicitadas nesta acusação renderam a Trump sérias críticas de seus ex-deputados contra o procurador-geral Bill Barr. O presidente é acusado

de manuseio incorreto de informações classificadas de maneira flagrante, incluindo em um caso supostamente mostrando materiais classificados aos hóspedes em seu resort Bedminster.

Ele também é acusado de obstruir a justiça e fazer declarações falsas. O ex-presidente enfrenta um máximo de 10 anos de prisão por acusação de reter segredos intencionalmente e 20 anos por acusação de obstruir a justiça.

Embora o último venha com uma sentença máxima mais alta, é com o primeiro crime que Trump realmente deveria se preocupar. Condenações de retenção intencional e/ou imprudente de informações classificadas frequentemente resultam em sentenças de prisão de vários anos ou mais. Trump enfrenta mais de 30 dessas acusações.

3. O caso das eleições federais – pena máxima de 55 anos

A acusação mais recente do Departamento de Justiça acusando Trump de crimes estava relacionada à eleição de 2020 e ao esforço de meses de sua equipe para mudar os resultados.

Há duas partes básicas deste caso que devem interessar o ex-presidente; a possibilidade de que ele seja condenado por conspiração para fraudar os Estados Unidos e conspirar contra o direito dos americanos de votar em eleições livres, e a possibilidade de que ele seja condenado por tentar diretamente bloquear a certificação da eleição através da convocação de uma multidão para atacar o Capitólio.

O primeiro é quase certamente menos uma batalha difícil para os promotores, dada a quantidade de evidências dos esforços de manipulação eleitoral da campanha de Trump que agora são públicas. A verdadeira batalha a esse respeito será que os promotores provem que os esforços da equipe de

Trump foram além dos desafios legais aos resultados eleitorais.

Este último é um pouco mais difícil de provar. Trump e seus aliados negam ferozmente desde o próprio ataque que a multidão de apoiadores de Trump que depredara, o Capitólio e deixaram os legisladores escondidos com medo por suas vidas foi dirigida pelo próprio presidente. Ele provavelmente apontará para sua mensagem de vídeo (atacante) torcendo pelo entusiasmo dos manifestantes e exortando-os a ir para casa, horas após o início do ataque, como evidência de que esse não foi o caso.

Se ele for condenado por qualquer um, no entanto, ele enfrenta sentenças máximas de prisão para cada acusação, em particular a obstrução das acusações processuais que carregam penas máximas de 20 anos.

4. O caso da Geórgia – pena máxima de 76,5 anos

A acusação mais recente a ser retirada, o caso do Condado de Fulton contra Trump na Geórgia é único, pois também envolve as únicas acusações para levar penas mínimas de prisão.

Embora Trump também seja acusado de uma série de crimes menores a moderadamente graves no estado, é sua acusação de violar o estatuto da Geórgia que deve deixá-lo mais preocupado. Tem uma pena de prisão mínima de cinco anos, com um máximo de 20 atrás das grades.

Uma acusação dessa será, sem dúvida, a mais difícil para a promotora Fani Willis e sua equipe provarem, pois envolve menos alegações (e menos evidências) de ilegalidade específica e, em vez disso, depende da acusação convencendo um juiz e um júri de que o esforço geral de Trump para mudar os resultados eleitorais na Geórgia empurrou a fronteira para se tornar um tentativa

totalmente criminosa.

Caso isso falhe, no entanto, Trump também enfrenta outras 12 acusações de crimes, todas com potencial para encarceramento.

Então, qual é a probabilidade de uma pena de prisão de Donald Trump?

É difícil dizer, mas uma coisa é clara: a situação está piorando para Trump a cada dia.

Especialistas jurídicos que analisaram a acusação do Departamento de Justiça relacionada aos desafios eleitorais observaram quase uniformemente a força do caso do Departamento de Justiça e o aparente esforço da agência para reduzir o caso a um ponto em que ele possa prosseguir pelos tribunais antes das eleições gerais de 2024.

A questão também permanece sobre quanto tempo Trump pode manter defesas legais dispendiosas em todos os quatro casos, dado quantos milhões de dólares esses julgamentos de defesa criminal de alto perfil provavelmente somarão.

No final, é bem possível que a resposta à pergunta de saber se Trump alguma vez verá o interior de uma cela se resume a não saber se ele será condenado, mas se prender um ex-presidente é viável. Se ele ganhar as eleições gerais no próximo ano, uma camada totalmente nova de complexidade será adicionada à mistura.

A única garantia dos múltiplos processos é esta: Donald Trump, independentemente do resultado de seus vários julgamentos, já empurrou a democracia americana muito para os limites do desconhecido e do sem precedentes. O que quer que aconteça a partir daqui é um exemplo da democracia mais poderosa do mundo que a inventa à medida que avança. •

20 de setembro de 1929

ENFIM, PAÍS TEM UM PROJETO ALTERNATIVO

Em resposta à decisão de Washington Luís, de lançar o paulista Júlio Prestes, os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, unidos na recém-formada Aliança Liberal, indicam o gaúcho Getúlio Vargas para concorrer à Presidência. O candidato a vice-presidente na chapa de Júlio Prestes foi o baiano Vital Soares. Na chapa de Getúlio, concorreu o paraibano João Pessoa.

O programa da Aliança Liberal era ousado: instituição do voto secreto, criação da Justiça Eleitoral, independência do Poder Judiciário e moralização do Poder Legislativo, centralização do poder nas mãos do Executivo federal e reforma administrativa do Estado.

A proposta assumia como responsabilidade do governo federal a reforma do ensino e a adoção de medidas protecionistas para outros produtos de exportação, além do café. Posicionava-se a favor da industrialização do país. Defendia a liberdade de pensamento e de imprensa e a anistia para os revolucionários de 1922, 1924 e 1925-1927.

Quanto aos trabalhadores, em contraposição à política de Washington Luís, que considerava a questão social um caso de polícia, a Aliança Liberal propunha a criação de leis e medidas de proteção aos trabalhadores urbanos, como o direito à aposentadoria, férias e regulamentação do trabalho do menor e da mulher.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br ou memorialdademocracia.com.br



23 de setembro de 1936

OLGA É DEPORTADA E ENTREGUE À GESTAPO

Olga Benário, mulher de Luís Carlos Prestes, é embarcada para a Alemanha. No mesmo navio, segue também Elise Ewert, mulher de Arthur Ewert. O decreto de expulsão do país de Olga Benário foi assinado em 27 de agosto por Getúlio Vargas, que desprezou sua gravidez e seu casamento com um brasileiro, situações que lhe garantiriam a permanência no país.

Filinto Müller já havia combinado com oficiais da Gestapo, a temida polícia política alemã, que ela seria embarcada num navio que seguiria direto para Hamburgo (Alemanha), evitando que militantes antifascistas pudessem resgatá-la em algum porto no caminho. Como Olga era judia e comunista, foi o mesmo que condená-la à morte.

No dia da deportação, os presos políticos da Casa de Detenção, onde Olga e Elise estavam encarceradas, se rebelaram, em

vão, na esperança de impedir que os homens de Filinto Müller levassem à força as duas mulheres. Conduzidas ao navio "La Coruña", menos de um mês depois, no dia 18 de outubro, estariam nas mãos da Gestapo.

Nas prisões nazistas, assim como acontecera no Brasil, Elise seria barbaramente torturada. Lá Olga daria à luz a menina Anita, em novembro de 1936. Em 1938, Olga e Elise seriam transferidas para o campo de concentração de Lichtenburg, onde Elise, já debilitada pela fome, frio e trabalhos forçados, morreria de tuberculose, aos 32 anos.

Uma intensa campanha internacional foi movida pela libertação de Olga, mas só conseguiram a entrega da pequena Anita à avó paterna, Leocádia. Durante muito tempo, Olga, que teve a filha arrancada dos braços sem explicação, ficou sem saber o paradeiro da filha.

Reprodução

18 de setembro de 1941 PRODUTORES FUNDAM A CIA. ATLÂNTIDA

Moacir Fenelon e José Carlos Burle fundam no Rio de Janeiro a Companhia Atlântida Cinematográfica. A nova empresa pretende promover o desenvolvimento industrial do cinema brasileiro. A empresa logo se tornaria parceira do empresário Luís Severiano Ribeiro, distribuidor de filmes norte-americanos e dono de cinemas. Com isso, além de produzir filmes, a Atlântida também os distribuiria, o que contribuiria para seu sucesso.

Nos dois primeiros anos, a empresa produziria apenas cinejornais, e o primeiro seria "Atualidades Atlântida". Em 1943, lançaria seu primeiro sucesso, "Moleque Tião", com Grande Otelo. A partir daí, a empresa se consolidaria como a maior produtora de filmes do Brasil.

Devido ao grande número de musicais produzidos, a Atlântida seria responsável por levar ao público a imagem em movimento dos cantores que dominavam o mercado fonográfico brasileiro naquele período, como Cármen Miranda, Francisco Alves, Emilinha Borba, Ivon Curi e Alvarenga e Ranchinho.

Inspirados nas produções norte-americanas, mas com tempero brasileiro, os filmes da Atlântida levariam às telas elementos do teatro de revista, do Carnaval e do circo – principalmente o humor. Esse estilo se consolidaria com as "chanchadas", das quais Oscarito seria a grande estrela, fazendo dupla com Grande Otelo. Até 1962, a Atlântida produziria 66 filmes. Algumas dessas obras se perderiam num trágico incêndio em suas instalações, no ano de 1952.



18 de setembro de 1946

ASSINADA A NOVA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL

É promulgada a nova Constituição do Brasil, pouco mais de sete meses após a abertura dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Considerada a Carta mais democrática da nossa história até aquele momento, a Constituição de 1946 assentaria a base para a reorganização das instituições nacionais, limitando o poder do Executivo, que se hipertrofiara no Estado Novo, com o fechamento do Congresso e a extinção da Justiça Federal.

O texto fortaleceu o Congresso e restaurou o princípio federativo, abandonado nos anos anteriores, além de definir regras eleitorais mais democráticas, como a instituição do voto feminino – mantendo, porém, a proibição ao voto do analfabeto –, e incorporar as inovações do Código Eleitoral de 1932: o regime de partidos políticos, o voto secreto, a representação proporcional nos Legislativos e a presença da Justiça Eleitoral no processo eleitoral.

Foram constitucionalizadas

as conquistas sociais do período varguista, como o salário mínimo, férias, repouso semanal remunerado e proibição ao trabalho de menores de 14 anos. Reconhecido ainda o direito de greve, mas com a ressalva de que uma lei o regularia. Na área penal, extinguiu-se a pena de morte.

O novo marco constitucional, contudo, não impediria o governo Eurico Gaspar Dutra de perseguir ferozmente o movimento sindical, nem evitaria a proscrição do PCB. Mesmo assim, o novo ambiente gerado pela nova Carta estimularia a participação política dos trabalhadores e o aprofundamento da democracia nos anos seguintes.

A Constituição de 1946 seria ignorada no Golpe de 1964, tornada inócua por atos institucionais e, em 1967, substituída por um arremedo de Constituição, elaborado em um mês por um Congresso já desfalcado de opositores, após inúmeras cassações impostas ao país pela ditadura militar.



Reprodução

Iconographia

19 de setembro de 1954 PCB VOLTA AO CAMPO, AGORA DENTRO DA LEI

Durante a 2ª conferência nacional da categoria, é criada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), sob a liderança de Lindolfo Silva, militante do Partido Comunista do Brasil (PCB).

Com pretensão de abranger todo o país, a Ultab suscitaria diferentes tipos de organização no campo, conforme as particularidades de cada região. Também produziria jornais e promoveria encontros de lavradores, cursos de formação e greves.

Uma de suas principais funções, contudo, era a representação dos trabalhadores rurais ante o poder público. A Ultab elaboraria projetos de lei e denunciaria abusos contra os camponeses. Nos casos de conflitos de terra, buscava atuar como mediadora.

As iniciativas da Ultab foram, com frequência, combatidas violentamente. Sindicatos rurais foram invadidos pela polícia ou por jagunços, e os trabalhadores, espancados.

O crescimento do número de sindicatos rurais na década de 1960 viabilizaria a fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), entidade com maior representatividade frente ao poder público. A Ultab se dissolveria em 18 de dezembro de 1963, incorporando-se à Contag.

19 de setembro de 1955

MILITARES ARGENTINOS DERRUBAM PERÓN

O presidente da Argentina, Juan Domingo Perón, é deposto pelos militares. O golpe pega de surpresa o presidente, que já havia se negado a punir os protagonistas de uma tentativa anterior de derrubá-lo e acreditava contar com o apoio das Forças Armadas.

Juan Domingo Perón era coronel e Secretário do Trabalho quando, em 1945, foi indicado candidato à Presidência da República pela Junta Militar que governava a Argentina. Sua vitória nas eleições frustrou a oposição reunida na União Democrática, que congregava socialistas, comunistas, nacionalistas e progressistas.

Na prática, porém, sua eleição representou a incorporação definitiva da classe trabalhadora ao corpo político da Argentina, dando início a um novo capítulo da história. Desde então, a luta pelo poder gira em torno das disputas entre peronistas e antiperonistas.

Perón começou a governar com o apoio da Igreja e das Forças Armadas e, principalmente, da classe trabalhadora. Numa época marcada pela polarização da Guerra Fria, adotou o discurso da justiça social, afirmando que

seu governo não era capitalista nem comunista, representando uma “terceira posição” ideológica, o justicialismo.

Tal doutrina teria como pilares a defesa da justiça social, da independência econômica e da soberania política do país, e atribuía ao Estado o papel de árbitro na mediação dos conflitos sociais.

Perón agradou a Igreja ao instituir o ensino religioso obrigatório nas escolas públicas e atraiu o apoio da classe trabalhadora com a ampliação dos direitos sociais e trabalhistas.

O viés popular, entretanto, ganhou também traços autoritários. O governo passou a controlar os sindicatos e a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT). As prerrogativas do Poder Legislativo foram reduzidas, e as províncias sofreram intervenções que enfraqueceram a autonomia federativa. Os meios de comunicação passaram a ser censurados pela Secretaria de Imprensa e Difusão.

Em 1949, a tortura de presos políticos e as prisões arbitrárias foram denunciadas pelo jornal “La Nación”, que foi multado e teve sua redação invadida pela polícia.

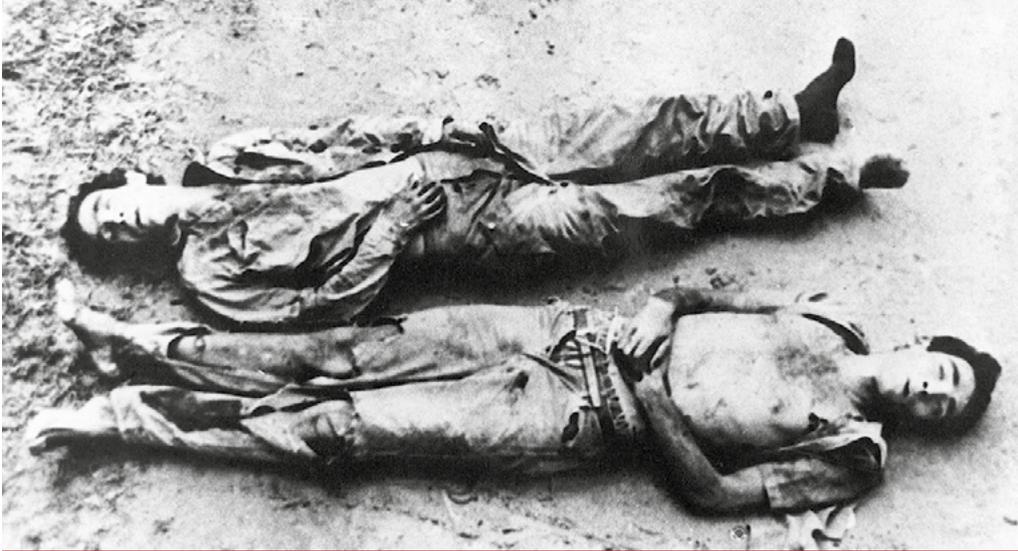
23 de setembro de 1966

PM COMANDA O MASSACRE DA PRAIA VERMELHA

Durante a madrugada, policiais militares derrubam o portão da Faculdade Nacional de Medicina (atual UFRJ), na Praia Vermelha, e invadem o prédio onde estavam cercados desde a véspera mais de 600 estudantes. Concentrados no terceiro andar, os jovens foram obrigados a atravessar um corredor polonês e espancados indiscriminadamente até a saída da faculdade. Foi o primeiro grande confronto entre forças da repressão e estudantes depois do golpe de 1964. O episódio ficou conhe-

cido como Massacre da Praia Vermelha.

Em várias capitais, os universitários protestaram contra a cobrança de anuidades nas universidades públicas, o projeto de reforma universitária inspirado pelo governo dos EUA e a ditadura que se institucionalizava no país. Apesar da repercussão política negativa para a ditadura, o Massacre da Praia Vermelha serviu para intimidar novas manifestações estudantis, que só voltariam a ocorrer em grande escala no ano de 1968.



CPDocUB

21 de setembro de 1983

TODOS CONTRA O ARROCHO SALARIAL

Com as galerias lotadas por militantes e dirigentes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Congresso Nacional rejeita o Decreto-Lei 2.024, o primeiro de uma série de projetos de arrocho salarial editados pelo governo Figueiredo a partir de janeiro, por exigência do FMI.

Foi a primeira vez que a oposição conseguiu derrubar um decreto-lei da ditadura, contando com os votos de 11 deputados do PDS. A política de arrocho, no entanto, continuou em vigor, por causa de outro decreto, o de número 2.045, editado em julho, que limitava os reajustes a 80% da inflação.

Em 18 de outubro, prazo final para a votação desse decreto, o general João Baptista Figueiredo decretaria estado de emergência em Brasília, alegando que a cidade estava tomada "por agitadores recrutados de todas as partes do país". Em clima tenso, com policiais nas galerias, o Congresso derrubou naquela tarde o famigerado decreto 2.045.

22 de setembro de 2008

MILÍCIA MATA 15 EM CHACINA DO PARANÁ

Quinze morrem e 8 ficam feridas em Guaíra, no Paraná, na maior chacina já ocorrida no estado. Outras vinham ocorrendo desde 2003, sempre com a participação de grupos de extermínio formados por policiais e ex-policiais. Os anos 2000 foram marcados pela frequência de chacinas, cujas principais vítimas têm o mesmo perfil dos massacrados no Brasil do século anterior: jovens negros da periferia das grandes cidades e trabalhadores rurais.

17 de setembro de 1971

LAMARCA ASSASSINADO NO SERTÃO DA BAHIA

Em 17 de setembro de 1971, o segundo homem mais procurado pela ditadura militar era assassinado no sertão da Bahia. O capitão Carlos Lamarca, uma das principais lideranças da luta armada contra a ditadura, foi capturado na localidade de Pintada por militares integrantes da Operação Pajuçara, sob comando do major Nilton Cerqueira. Junto com Lamarca, foi capturado e assassinado José Campos Barreto, o Zequinha. Desde a morte de Carlos Marighella, em novembro de 1969, Lamarca era o alvo número 1 da repressão. Ambos eram militantes do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)

O fato de ter abandonado o Exército para aderir à guerrilha atraiu contra ele a ira dos comandantes das Forças Armadas, que

o consideravam um desertor. Lamarca não era um capitão qualquer: campeão de tiro e um dos principais especialistas em contrainsurgência do Exército, ele havia participado das Forças de Paz da ONU no Canal de Suez.

Frustrado com a indecisão e com a falta de recursos materiais da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), aderiu em 1971 ao MR-8, que prometia montar um núcleo guerrilheiro no sertão da Bahia. A tropa que partiu em seu encalço era formada por mais de 200 agentes das Forças Armadas, da PM e do Dops. Lamarca e Zequinha escaparam do cerco em Buriti Cristalino, embrenhando-se pelo sertão, numa fuga que os debilitou fisicamente. Foram alcançados e mortos a 300 quilômetros do ponto de partida.

22 de setembro de 1977

POLÍCIA INVADIR A PUC EM NOITE DE TERROR

Na noite de 22 de setembro de 1977, cerca de 2 mil estudantes de São Paulo e delegações de todo o país participam de ato público pela recriação da União Nacional dos Estudantes (UNE) em frente ao Tuca, teatro da Pontifícia Universidade Católica (PUC), e são surpreendidos pela ação violenta de 3 mil policiais.

Sob comando do secretário da

Segurança Pública, coronel Erasmo Dias, a tropa apoiada por blindados investiu com truculência contra os estudantes, que tentavam se abrigar dentro da universidade. O prédio foi invadido pelos policiais, que prenderam alunos e espancaram professores. Bombas explodiram e seis estudantes sofreram queimaduras. Dezenas foram levados ao Dops.



SINFONIA DE UM HOMEM COMUM

Documentário mostra a atuação do diplomata José Bustani para impedir a guerra do Iraque. Ele sabia que Saddam Hussein não tinha armas químicas, mas foi deposto para dar a George W. Bush e Tony Blair um pretexto para invadir o país. A obra está em exibição em Londres e ganha elogios

Poder é poder". Este é o lamento de despedida do documentário brasileiro "Sinfonia de um homem comum", que relembra um episódio quase esquecido do longo preâmbulo da segunda guerra do Iraque, de 2003 a 2011, de um cinismo de tirar o fôlego. A obra está em exibição na Bertha DocHouse, em Londres, em 15 de setembro, e ganhou resenhas positivas na mídia britânica.

O filme é centrado no diplomata brasileiro José Bustani, que em 1997 foi nomeado diretor-geral da Organização Intergovernamental para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ). No auge do otimismo das aldeias globais dos anos 90, foi uma tentativa utópica de abolir esta categoria sádica de armamentos de uma vez por todas.

Após o sucesso inicial de trazer muitos países para o grupo, Bustani tentou fazer com que o Iraque de Saddam Hussein aderisse à Convenção sobre Armas Químicas da organização. A OPAQ sabia que a primeira invasão tinha destruído a sua capacidade de produção de armas químicas e que quaisquer estoques restantes tinham ultrapassado o prazo de validade.

Permitir a entrada de inspetores de armas das Nações Unidas beneficiaria a todos, incluindo os iraquianos comuns que foram pressionados pelas sanções. Todos, menos a administração de George W Bush, claro. Precisan-do de um pretexto para invadir e não querendo que Bustani desse passe livre a Saddam Hussein, a Casa Branca iniciou uma campanha para expulsá-lo da organização.

Conforme descrito aqui por figuras que incluem membros da OPAQ, o ex-presidente Fer-

nando Henrique Cardoso e o atual presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, a história se desenrola como uma versão da vida real do filme de George Clooney, "Síria", com um idealista em apuros tentando resistir a forças esmagadoras.

Os americanos grampearam o gabinete de Bustani, cooperaram o seu próprio chefe de segurança contra o diplomata brasileira e finalmente usaram a sua influência, na pessoa do assessor brigão de Bush, o republicano John Bolton, para minar o apoio anteriormente favorável dentro da OPAQ. Enfim, a realpolitik triunfou.

Quando Tony Blair foi mais tarde confrontado por Bustani, então embaixador do Brasil na Grã-Bretanha e ainda inflexível que o Iraque não tinha armas de destruição maciça, o então primeiro-ministro britânico alegadamente corou e disse: "Espero que ele não esteja certo".

Bustani tinha status suficiente para sobreviver às consequências - e agora passa sua aposentadoria como pianista concertista. Talvez a orquestra que o vemos liderar seja uma metáfora para a concordância global que ele não conseguiu garantir.

Mas os EUA podem ter prejudicado permanentemente a credibilidade da OPAQ, com a organização novamente a tornar-se um futebol político no furor em torno de uma alegada arma química de 2018, como no ataque em Douma, na Síria.

Este incidente é ainda mais opaco e o diretor José Joffily luta para alinhá-lo totalmente com a sua tese. Mas com a Rússia a tentar contornar ainda mais a OPAQ, este filme friamente indignado mostra como o unilateralismo de Washington tem sido um presente para partidos ainda mais beligerantes. •

BEBEL GILBERTO LANÇA DISCO

A bossa nova está no sangue. O pai é João Gilberto. A mãe, a cantora Miúcha. Pois Bebel Gilberto, a cantora brasileira nascida em Nova York em 1966, filha de duas lendas, lançou seu sétimo disco, intitulado 'João', uma bela e radiante homenagem ao pai. Para construir o álbum, Bebel explorou o vasto repertório do pai, falecido em 2019 após dez anos de reclusão voluntária.

"Tirei dos meus discos preferidos, pegando as músicas que ele adorava, e da minha mãe também", explica a artista de 57 anos. O primeiro single de 'João', o álbum tributo, é a canção "É preciso perdoar".

Bebel Desenvolveu o seu trabalho ao longo de duas décadas, lançando 14 álbuns, incluindo sete em estúdio, todos imbuídos das invenções sonoras dos produtores eletrônicos anglo-saxônicos. A capa de 'João' é comovente: Bebel ainda criança, beijando o pai no canto da boca, numa explosão de absoluta sinceridade.

Tudo é feito em família. No álbum, Bebel convocou Chico Brown, seu sobrinho-neto. A mãe, Helena, é filha de Chico Buarque, o pai é Carlinhos Brown. Neste universo, todos são de esquerda. Principalmente na família materna de Bebel, os Buarques, alérgicos à extrema direita.

Em julho de 2022, pouco antes das eleições presidenciais brasileiras, num concerto na Califórnia, Bebel pisoteou no palco a bandeira nacional, verde e amarela, que se tinha tornado um símbolo dos apoiadores extremistas de Jair Bolsonaro. A televisão deu grande importância a isso, ela se desculpou, descrevendo sua ação como "instintiva". •

MORRE FERNANDO BOTERO

Artista colombiano que pintou personagens de grandes dimensões, evocando vaidade e beleza, falece aos 91 anos em Mônaco. Ele sofria de Parkinson e estava com pneumonia

O artista plástico Fernando Botero, um colombiano que desenvolveu estilo característico de pintura de figuras rotundas, infladas, mas sensuais, com um toque caprichoso ou satírico, e que se ramificou em esculturas monumentais que adornam algumas das avenidas mais famosas do mundo, morreu em 15 de setembro em um hospital em Mônaco. Ele tinha 91 anos, estava com pneumonia e sofria da doença de Parkinson.

A estética de Botero – muitas vezes abreviada como Boterismo – tornou-se uma grande atração em museus de arte contemporânea e decorou a Champs-Élysées em Paris, a Park Avenue em Nova York, o Paseo de Recoletos de Madrid e outras vias famosas, bem como parques e praças de Buenos Aires, Moscou e Tóquio. Suas emblemáticas figuras de grandes dimensões ajudaram a chamar a atenção global para os artistas latino-americanos na segunda metade do século 20.

Com irreverência, ele vasculhou as cenas urbanas burguesas da Colômbia em busca de imagens de extravagância, pomposidade e vaidade. No início de sua carreira, Botero aproveitou contrastes visuais nítidos: pequenas cobras, papagaios, moscas e



EFE

bananas adornam seus retratos de toureiros, bispos, prostitutas, acrobatas, dançarinos de salão e políticos. Homens com rostos redondos ostentam bigodes minúsculos; senhoras corpulentas fumam cigarros em miniatura.

As suas figuras na tela e aquelas fundidas em bronze eram muitas vezes voluptuosas e astuciosamente fantasiosas, embora mais tarde ele se voltasse para temas mais sombrios inspirados em acontecimentos atuais, como a violência das drogas na Colômbia e a tortura na prisão de Abu Ghraib, administrada pelos EUA, no Iraque.

O trabalho de Botero era muito popular e poderia render milhões de dólares. Os críticos, porém, especialmente na década de 1960, nem sempre aprovaram seu trabalho. Alguns consideraram isso um artifício ou caricatura. Um revisor da ARTnews certa vez menospre-

zou os seus números ampliados como “fetos gerados por Mussolini numa camponesa idiota”.

Edward J. Sullivan, professor da Universidade de Nova York especializado em arte contemporânea latino-americana, atribuiu essa animosidade ao humor e à acessibilidade das instalações de arte pública de Botero, que desafiavam um sistema que muitas vezes abraçava a inescrutabilidade e guardava zelosamente seu papel de guardião.

“Minha popularidade tem a ver com o divórcio entre a arte moderna, onde tudo é obscuro, e o espectador que muitas vezes sente que precisa de um professor para dizer se é bom ou não”, disse Botero ao Los Angeles Times. “Acredito que uma pintura tem que conversar diretamente com quem vê, com composição, cor e desenho, sem um professor para explicar”. •

VIOLÊNCIA NO BRASIL

desafio das periferias

Disponível no site da Fundação Perseu Abramo

<https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/violencia-no-brasil-desafio-das-periferias/>

Organização

Felipe da Silva Freitas

Amanda Pimentel | Artur Henrique dos Santos | Bruno Langeani | Dandara Tonantzin Silva Castro | Danilo Sales do Nascimento | Dudu Ribeiro | Felipe da Silva Freitas | Gustavo Queiroz | Jackeline Aparecida Ferreira Romio | Juliana Borges da Silva | Juliana Gonçalves | Maira de Deus Brito | Pablo Nunes | Paulo César Ramos | Poliana da Silva Ferreira | Ricardo Moura | Silvia Ramos | Sofia Helena Monteiro de Toledo Costa

RECONEXÃO
PERFERIAS

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



BRASIL

200 anos de lutas e resistências do povo trabalhador

Everaldo de Oliveira Andrade (Org.)

Ângela Maria de Sousa Silva | Berenice Gomes da Silva
Carlos A. Ferreira Martins | Cynthia Soares Carneiro
Eduardo Silveira Netto Nunes | Fernanda Rodrigues Galve
Francisco das Chagas Pereira | Francisco Elias de Araújo
Jean Pierre Chauvin | João Maurício Gomes Neto | John Kennedy Ferreira
José Sergio Gabrielli de Azevedo | Kátia Cilene do Couto
Lyndon de Araújo Santos | Marcelo Sampaio Carneiro
Márcia Regina Barros da Silva | Raimunda N. Monteiro | Ronald Rocha
Vitor Eduardo Schincariol | Zeneide Pereira Cordeiro



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

HUCITEC
EDITORA